

# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1137**

## **A FACE FEMININA DA POBREZA: SOBRE-REPRESENTAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL**

**Joana Simões Costa  
Luana Pinheiro  
Marcelo Medeiros  
Cristina Queiroz**

Brasília, novembro de 2005



# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1137**

## **A FACE FEMININA DA POBREZA: SOBRE-REPRESENTAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL**

**Joana Simões Costa\***  
**Luana Pinheiro\*\***  
**Marcelo Medeiros\*\*\***  
**Cristina Queiroz\*\*\*\***

Brasília, novembro de 2005

---

\* Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea no International Poverty Centre (IPC)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

\*\* Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

\*\*\* Coordenador do Ipea no International Poverty Centre (IPC)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

\*\*\*\* Assistente de pesquisa no International Poverty Centre (IPC)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Paulo Bernardo Silva

**Secretário-Executivo** – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Glauco Arbix

#### **Diretora de Estudos Sociais**

Anna Maria T. Medeiros Peliano

#### **Diretora de Administração e Finanças**

Cinara Maria Fonseca de Lima

#### **Diretor de Estudos Setoriais**

João Alberto De Negri

#### **Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Luiz Henrique Proença Soares

#### **Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Marcelo Piancastelli de Siqueira

#### **Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Paulo Mansur Levy

#### **Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

#### **Assessor-Chefe de Comunicação**

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL J16

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/04/052.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO **7**

2 ANTECEDENTES **8**

3 AS DEFINIÇÕES DE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA **13**

4 METODOLOGIA **17**

5 RESULTADOS **22**

6 CONCLUSÕES **35**

ANEXOS **38**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **45**



## **SINOPSE**

O objetivo deste estudo é avaliar a hipótese de que houve feminização da pobreza no Brasil ao longo do período 1983-2003, bem como se há uma sobre-representação feminina na pobreza. Cabe ressaltar que a sobre-representação e a feminização são fenômenos relacionados, porém, distintos. Enquanto o primeiro diz respeito à constatação de uma maior pobreza entre as mulheres ou famílias por elas chefiadas em um determinado momento, o segundo refere-se a mudanças ocorrendo entre dois pontos na história. A partir de testes baseados em seis definições de feminização da pobreza, não se encontrou, de um modo geral, qualquer indício consistente que pudesse caracterizar esse fenômeno. O mesmo se deu com os testes de sobre-representação, com exceção dos domicílios chefiados por mulheres com filhos. Por fim, sob a hipótese de distribuição intradomiciliar desigual dos recursos, permanece o resultado de inexistência de um processo de feminização, mas constata-se uma sobre-representação de mulheres entre os pobres.

## **ABSTRACT**

In this article we discuss the concepts of over-representation in poverty and feminization of poverty. Considering six definitions for feminization of poverty we test whether this process has been happening in Brazil from 1983 to 2003. Our results show no support for a consistent process of feminization of poverty during this time; however, female headed households with children are over-represented among the poor. When we consider simulations for unequal intra-household distribution, even though we found women over-represented among the poor, there was no evidence of a feminization of poverty in the period analyzed.





# 1 INTRODUÇÃO

Importantes entidades internacionais já defenderam a idéia de que uma parcela crescente das vítimas da pobreza é composta de mulheres. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por exemplo, aponta uma sobre-representação das mulheres entre os pobres no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995, e afirma que 70% dos pobres no mundo eram mulheres. A idéia de que vem ocorrendo um processo de feminização da pobreza ao longo dos últimos anos e de que cada vez mais a pobreza tem um rosto feminino também é bastante difundida no mundo. De fato, a situação desprivilegiada da mulher sob a ótica de inúmeros aspectos leva a consubstanciar e a disseminar tal idéia entre pesquisadores de diversas áreas e entre as pessoas em geral. A plataforma de ação adotada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, em 1995, também alude ao fenômeno da feminização da pobreza e sustenta que o número de mulheres pobres aumentou desproporcionalmente em comparação com o de homens, em especial, nos países em desenvolvimento.

Tais afirmações, no entanto, raramente são corroboradas por evidências empíricas. No caso do Brasil, especificamente, há uma carência generalizada de estudos sobre o tema. Muito se dedica ao estudo das causas da pobreza (principalmente às desigualdades e às discriminações no mundo do trabalho) e pouco à exploração dos dados que podem comprovar a existência ou não de um aumento na incidência, na intensidade ou na sobre-representação de mulheres entre os pobres.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é avaliar a hipótese de que houve feminização da pobreza no Brasil ao longo do período 1983-2003, bem como se há uma sobre-representação feminina na pobreza. A feminização da pobreza indica, por um lado, a existência do aumento da pobreza em um grupo da sociedade e, por outro, o aumento das desigualdades entre homens e mulheres. Como tanto a pobreza quanto certas desigualdades entre homens e mulheres são inaceitáveis, é importante avaliar em que medida o fenômeno ocorre no Brasil.<sup>1</sup>

Importante destacar que a percepção de que a situação de pobreza entre as mulheres tem piorado ao longo do tempo não é um ponto pacífico entre os estudiosos do tema. Muitas questões e perguntas complexas permeiam essa discussão. Uma das dificuldades frequentemente apontadas por aqueles que tentam verificar empiricamente a hipótese da feminização da pobreza é a falta de dados sobre desigualdades intradomiciliares, uma vez que a maioria dos dados existentes para se inferir o grau de pobreza assumem implicitamente uma distribuição igual de recursos entre os membros do domicílio, o que tenderia a subestimar a pobreza entre as mulheres.

Há, ainda, as preocupações com a situação dos domicílios chefiados por mulheres. Tal preocupação, presente desde o surgimento da discussão sobre feminização da pobreza, se justifica pelo fato de esses domicílios, em sua maioria, serem compostos por uma mulher sem companheiro, ou seja, há uma única provedora de renda, e ela ainda percebe rendimentos geralmente inferiores aos dos homens, seja devido à discriminação

---

1. A inclusão do critério racial também é relevante para as análises de pobreza, especialmente no caso brasileiro. No entanto, nosso objetivo é estudar a pobreza brasileira apenas sob a ótica feminina, apesar de reconhecermos a importância de estudos que realizem, simultaneamente, os recortes de gênero e de raça, de modo a apreender como o processo de pobreza ocorre, particularmente, para mulheres negras.

ou à segmentação no mercado de trabalho. Por enfrentarem uma série de dificuldades peculiares ao fato de serem chefiados por uma mulher, esses domicílios são também insertos nesse debate e têm merecido considerável espaço nas discussões nacionais e internacionais sobre a pobreza e a questão de gênero.

Enfim, muitas são as questões relacionadas à feminização da pobreza. Este trabalho, porém, não se propõe a responder a todas elas. Nosso objetivo é dar mais um passo na busca da compreensão desse fenômeno, que ainda não tem sido alvo de muitos estudos de abordagem quantitativa, em particular, na sociedade brasileira.

Este trabalho se encontra estruturado em seis seções. Após esta breve introdução, é apresentado o debate sobre feminização da pobreza e os pontos mais relevantes do debate sobre gênero e pobreza. Em seguida, discutem-se as possíveis definições de feminização da pobreza a serem consideradas e a metodologia adotada. Os resultados encontrados são analisados na quinta seção. Por fim, são destacadas as principais conclusões e sugestões para estudos futuros.

## 2 ANTECEDENTES

A visão relativamente aceita de que tem ocorrido um empobrecimento mais acentuado das mulheres ou das pessoas em domicílios chefiados por mulheres e, conseqüentemente, de que esses dois grupos estariam entre os mais pobres não encontra consenso na literatura. Trabalhos como os de Moghadam (1997) e Lampietti e Stalker (2000) exemplificam bem a variabilidade dos resultados encontrados para diferentes países e indicam que, embora ocorra a feminização da pobreza ou a sobre-representação feminina na pobreza em alguns países, esse resultado não pode ser generalizado para o mundo.

Em geral, a literatura critica aqueles que defendem a existência de feminização da pobreza, mas não apresentam comprovação empírica, e muitas são as afirmações feitas sem citar dados comprobatórios. Marcoux (1998), por exemplo, critica a alegação do Pnud de que 70% dos pobres no mundo são mulheres, e demonstra ser inviável demograficamente tamanha proporção.

O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. Posteriormente, foram realizados diversos trabalhos com o objetivo de verificar a existência de feminização da pobreza não só nos EUA, mas também em outros países.

Entretanto, cabe ressaltar que nem todos os estudos que se seguiram entendem o processo de feminização da pobreza da mesma forma. Entre os trabalhos que analisam a relação entre pobreza e gênero, há aqueles que enfatizam a evolução temporal da situação feminina e aqueles que se concentram em discutir se a situação feminina é pior ou não do que a dos homens em um determinado ponto no tempo. Embora a literatura sobre feminização da pobreza pareça abranger os dois tipos de trabalhos, o termo “feminização” apresenta claramente uma dimensão temporal e, por isso, vamos

considerar apenas os primeiros como estudos efetivamente sobre feminização da pobreza, enquanto os outros tratam, na realidade, da questão da sobre-representação feminina na pobreza.

Além disso, é importante também ressaltar que, além da distinção anterior, a literatura sobre gênero e pobreza deve ainda ser subdividida de acordo com a dimensão feminina abordada. Assim, os trabalhos devem ser separados entre os que consideram a questão contrapondo mulheres e homens, e os que confrontam a situação dos indivíduos em famílias chefiadas por mulher com a dos indivíduos em famílias chefiadas por homem. Essas duas abordagens aparecem já no trabalho inicial de Diane Pearce (1978), e a preocupação com as famílias de chefia feminina surge com o aumento desse tipo de família devido a mudanças no comportamento social, como a maior dissolução de casamentos. Essa percepção é relevante, pois as famílias chefiadas por mulher, além de contarem somente com um provedor de renda, podem estar numa situação pior que as de chefia masculina, em razão das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, e, em especial, no mercado de trabalho.

Northrop (1990), Pressman (1988) e Peterson (1987) apresentam conceitos semelhantes de feminização de pobreza, considerando-a como um processo de concentração da pobreza entre indivíduos que moram em domicílios chefiados por mulher. Verificam, assim, que, nos Estados Unidos, aproximadamente metade dos indivíduos pobres estavam em domicílios chefiados por mulher no fim da década de 1970, percentual que se elevou bastante desde o início da década de 1960. Porém, cabe ressaltar que essa tendência de crescimento não foi uniforme ao longo do período analisado. Nesse sentido, Northrop (1990) salienta que houve reversos da feminização da pobreza entre 1974-1975 e 1979-1983. Esses trabalhos ressaltam ainda que o fenômeno da feminização ocorrido nos EUA foi devido não só à mudança da composição demográfica da população por meio da elevação da proporção de famílias chefiadas por mulher na sociedade norte-americana, mas também devido ao aumento da diferença da incidência da pobreza entre as famílias com chefia feminina e as com chefia masculina. Na verdade, já havia uma considerável diferença entre a taxa de pobreza para famílias chefiadas por mulher e a taxa de pobreza para famílias chefiadas por homem, e ambas estavam em tendência de queda. Todavia, a última caiu proporcionalmente mais do que a primeira.

Em dissonância com os trabalhos mencionados anteriormente, Fuchs (1986) e Wright (1992) definem feminização da pobreza não com base na chefia de família e sim se utilizando da contraposição da situação de mulheres e homens. Fuchs (1986) a define como um aumento na proporção de mulheres entre os pobres adultos, e verifica que a tese de que tem ocorrido feminização da pobreza nos EUA só seria verdadeira para os anos 1960, e não para os anos 1970 e início dos anos 1980. Já Wright (1992) analisa dados do Reino Unido dos anos 1968, 1977 e 1986, e observa que apesar da incidência e da intensidade de pobreza serem maiores para as mulheres, não há uma piora desse quadro ao longo do tempo, o que o leva a descartar a hipótese de feminização da pobreza.

Há trabalhos que consideram mais de uma definição possível para feminização da pobreza. Davies e Joshi (1998), por exemplo, consideram, em sua análise do Reino Unido nas décadas de 1970 e 1980, três grupos para análise: mulheres, somente

mulheres adultas e famílias chefiadas por mulher. Verificam que a tendência de uma não feminização da pobreza é comum às três definições, apesar de observar uma sobre-representação dos três grupos na pobreza. Dooley (1994) constata que entre 1973 e 1990, no Canadá, houve feminização de pobreza, se analisarmos os dados sob o ângulo dos tipos de chefia de família, mas não se a análise se basear na comparação entre mulheres e homens.

De grande relevância nessa área, apesar de não poderem ser considerados como estudos efetivamente sobre feminização da pobreza, são os trabalhos que buscam averiguar se há ou não uma maior propensão das mulheres ou dos indivíduos em famílias chefiadas por mulher a serem pobres, ou seja, verificar uma possível sobre-representação feminina na pobreza. Também esses trabalhos não apresentam resultados homogêneos, havendo grande variabilidade de acordo com os países analisados e com a dimensão feminina enfocada.

Pressman (2002, 2003), e Casper, McLanahan e Garfinkel (1994) analisam os diferenciais da incidência de pobreza por gênero em meados da década de 1990, início da década de 1990 e meados da década de 1980, respectivamente, para países desenvolvidos ou de economia em transição. São encontradas significativas diferenças na incidência da pobreza entre mulheres e homens para alguns países, mas não para todos. Entre os que apresentaram significativos diferenciais por gênero, cabe destacar EUA, Canadá, Austrália, Rússia, Alemanha e Reino Unido. Bradshaw *et al.* (2003), analisando dados de 1999-2000 do Reino Unido, também encontram uma maior probabilidade de as mulheres serem pobres em comparação aos homens, mesmo que sejam feitos controles por fatores, como etnia, quantidade de filhos e deficiência, que sabidamente aumentam a probabilidade de pobreza. Com base em dados de 1993 e 1994 do Canadá, Lochhead e Scott (2000) confirmam a situação de maior propensão à pobreza das mulheres canadenses. Já Fernández-Morales e Haro-García (1998) não encontram uma sobre-representação das mulheres entre os mais pobres na Espanha em 1990-1991, o que na verdade não contraria o resultado de Pressman (2002), pois este também constata que a Espanha é um dos países em que não há diferencial por gênero.

Buscando verificar a existência de uma relação entre chefia feminina e pobreza nos países em desenvolvimento, Buvinic e Gupta (1997) compararam os resultados de 61 trabalhos sobre o tema e verificaram que em 38 deles há sobre-representação de domicílios chefiados por mulheres entre os pobres, 15 encontram uma associação entre pobreza e certos tipos de chefia feminina e apenas oito não encontram relação alguma. Barros, Fox e Mendonça (1994), utilizando-se de dados de 1984 para o Brasil, verificaram que, mesmo que controlando por diferenças regionais, domicílios chefiados por mulher possuem maior propensão a serem pobres do que outros tipos de domicílios. E a situação é ainda mais grave ao se considerar somente os domicílios chefiados por mulher com crianças. Gangopadhyay e Wadhwa (2003) descobriram que os domicílios indianos chefiados por mulher sem cônjuge estão mais vulneráveis à pobreza, principalmente nas áreas urbanas, com base em pesquisas de 1987-1988 e 1993-1994.

Diferentemente dos resultados anteriores, Quisumbing, Haddad e Peña (1995) encontram uma fraca evidência de que os indivíduos em domicílios chefiados por

mulher estejam sobre-representados entre os pobres, a partir de dados de seis países da África Subsaariana (Botswana, Costa do Marfim, Etiópia, Ghana, Madagascar, Ruanda), três da Ásia (Bangladesh, Indonésia, Nepal) e um da América Central (Honduras). Também Fuwa (2000), usando dados de 1997 do Panamá, não comprova que os domicílios panamenses chefiados por mulher estejam mais suscetíveis à pobreza, em geral. Entretanto, haveria uma maior associação entre pobreza e alguns tipos de domicílios chefiados por mulher. Marcoux (1998), com dados de 12 países latino-americanos, observa que não é verdade que geralmente os domicílios chefiados por mulher estejam sobre-representados entre os pobres.

Esses resultados são corroborados por Lampiotti e Stalker (2000), que analisaram mais de 100 estudos sobre pobreza para diversos países, realizados pelo Banco Mundial ou por outras instituições, e verificaram que somente em alguns países os domicílios chefiados por mulher apresentam, consistentemente, piores indicadores de pobreza; logo, não há um padrão generalizado mundialmente relacionando chefia feminina e pobreza. As autoras destacaram também a heterogeneidade dos domicílios chefiados por mulher, e o fato de determinadas categorias de chefia feminina poderem apresentar maior associação com a pobreza de acordo com as peculiaridades de cada país.

Tendo em vista os diferentes resultados encontrados nas pesquisas que tratam do tema gênero e pobreza, conclui-se que não se pode afirmar que as mulheres estejam sofrendo um crescente processo de empobrecimento no mundo. Também não se pode generalizar que tenham maior propensão a serem pobres em todos os países. Além disso, os estudos indicam que a relação entre pobreza e chefia feminina não é direta e unívoca. O grupo de famílias chefiadas por mulher é bastante heterogêneo e geralmente o que se encontra é uma associação mais forte entre pobreza e grupos específicos de famílias chefiadas por mulher (Baden e Milward, 1997; Chant, 2003b; Lipton e Ravallion, 1995).

Cabe destacar que os trabalhos até aqui apresentados, os quais trazem dados empíricos sobre pobreza e gênero, se utilizam de medidas de pobreza baseadas em renda ou consumo. Esse procedimento é criticado por não capturar outras dimensões da pobreza além da insuficiência de renda ou de consumo. Sem dúvida, a pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, muitas delas subjetivas, que não são facilmente capturadas por uma única medida simples e objetiva. A aferição do nível de pobreza complica-se ainda mais quando considerada sob a ótica de gênero, pois diversas formas de medir pobreza são insensíveis às privações específicas sofridas pela mulher, como a vulnerabilidade, a violência doméstica e a falta de autonomia (Baden e Milward, 1997).

Outro problema freqüentemente apontado é a ausência de dados sobre distribuição intrafamiliar dos rendimentos para a análise da pobreza. As informações utilizadas para medir os níveis de pobreza são captados no âmbito domiciliar e, assim, eles pressupõem uma distribuição uniforme dos recursos entre todos os membros do mesmo domicílio. Tanto as medidas unidimensionais, baseadas em renda ou consumo *per capita*, como as medidas multidimensionais, baseadas em características do domicílio, como acesso à energia elétrica ou à rede de esgoto, não são capazes de detectar as diferenças entre indivíduos que vivem no mesmo domicílio. Isso é especialmente relevante na tentativa de se medir a pobreza entre as mulheres, pois medidas que consideram

que todas as pessoas de um domicílio são igualmente pobres ou ricas podem subestimar a pobreza entre as mulheres.

Com o objetivo de alcançar uma melhor compreensão da forma como ocorre a alocação de recursos dentro do domicílio, vários especialistas se vêm debruçando sobre o tema e desenvolvendo teorias que têm buscado explicar o comportamento diferenciado de homens e mulheres dentro do domicílio. A consideração de um domicílio como um conjunto de indivíduos agindo em comum acordo, como se todos tivessem as mesmas preferências e agregassem seus rendimentos para tomar decisões consensuais, é contestada não só teoricamente, mas também empiricamente. Um exemplo é dado por Quisumbing e Maluccio (2000), que testaram e rejeitaram essa hipótese, com base em dados de Bangladesh, Indonésia, Etiópia e África do Sul. Esse trabalho também analisa características do processo de decisão intradomiciliar, investigando como características do esposo e da esposa – como seu capital humano ou a propriedade de bens – influenciam a alocação final de recursos entre os membros do domicílio. Descobriram, por exemplo, que um maior controle de bens pela esposa resultaria numa maior proporção dos gastos destinados à educação, para três dos quatro países analisados, à exceção da Etiópia.

Nesse sentido, cabe destacar o esforço de pesquisadores que tentam modelar a interação que ocorre entre os membros do domicílio na distribuição dos recursos até se chegar à alocação final. Dasgupta (2001) desenvolve um modelo para analisar o que ocorreria sob a hipótese de uma redistribuição da renda que privilegiasse a esposa em detrimento do esposo. Em seu modelo, se essa redistribuição fosse pequena, ela acabaria por diminuir o bem-estar da esposa, pois o esposo reduziria sua parcela de contribuição para o domicílio num montante maior do que o redistribuído à esposa.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento dessas teorias, que visam a determinar como ocorre a distribuição intradomiciliar, são muito importantes para o esclarecimento da real situação dos membros do domicílio, em especial, para a discussão de pobreza, pois a suposição de uma distribuição igual de todos os recursos, além de irreal, pode subestimar a pobreza entre as mulheres. Contudo, a dificuldade para se obter dados que informem exatamente como ocorre a divisão intradomiciliar praticamente impossibilita o cálculo de medidas de pobreza que levem em consideração esse tipo de desigualdades.

Uma tentativa de incorporar essa questão foi feita por Findlay e Wright (1996), que realizaram simulações supondo divisão desigual de renda entre os membros de domicílios dos EUA e da Itália, e verificaram que realmente ocorria uma subestimação tanto da incidência e da intensidade de pobreza para as mulheres quanto do diferencial entre mulheres e homens sob a hipótese de igual distribuição intradomiciliar. Outro exemplo de pesquisa que tenta contornar a ausência de dados capturados no âmbito individual é o trabalho de Case e Deaton (2002). Esses autores utilizam uma metodologia que permite, a partir de dados agregados por domicílios, inferir os dados individuais, e associar padrão de gastos domiciliares com a composição do domicílio por gênero. Dessa forma, descobriram, por exemplo, que na Índia os gastos com tratamentos médicos não apresentam nenhum padrão de diferença por gênero; já na África do Sul haveria um padrão que beneficiaria os homens, especialmente aqueles com idade entre 36 e 55 anos. Também é enfatizada a relevância de se utilizar indicadores que

sejam desagregados do âmbito individual, com destaque, como exemplos, para os indicadores de saúde e educação.

Em suma, pode-se perceber como é extenso e repleto de controvérsias o debate sobre gênero e pobreza. Muito se discute sobre a hipótese de feminização da pobreza, sobre quais dimensões de gênero e pobreza devem ser consideradas, sobre a distribuição intradomiciliar, etc. Há, ainda, estudos dedicados à análise do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem chamado de determinantes de gênero na pobreza das mulheres. A idéia, nesse caso, é a de que existem fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza, bem como nas suas possibilidades de superá-la. Para as mulheres, os determinantes que contribuem para torná-las mais propensas a experimentar a pobreza incluem: *i*) desigualdades na participação no mercado de trabalho, as quais se refletem em menores taxas de atividade em comparação às taxas de homens; *ii*) desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres, o que se traduz em menores salários e em uma segregação ocupacional que reserva às mulheres os postos de trabalho mais precários, menos formalizados e contribui para a cristalização da idéia de que as mulheres não são capazes de atuar em atividades de melhor qualidade; *iii*) desigualdade no acesso a recursos produtivos, como crédito, terra ou capital produtivo; e *iv*) desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão, exemplificada pela baixa presença de mulheres em postos de comando tanto no setor público quanto no privado.

Entretanto, cabe aqui destacar uma ressalva feita por Baden e Milward (1997) e também por Chant (2003a), pois não se deve deixar o debate sobre pobreza e gênero ofuscar uma questão mais ampla: a das desigualdades de gênero. Um ponto interessante levantado por Lampietti e Stalker (2000) foi a constatação de uma consistente inferioridade das mulheres em comparação com os homens para indicadores de saúde, nutrição, educação, participação na força de trabalho e uso do tempo. Contudo, não parece haver um aumento significativo dessa diferença entre os indicadores de gênero ao se considerar os domicílios abaixo da linha de pobreza. Desse modo, deve-se frisar que a pobreza feminina é apenas uma das conseqüências de desigualdades de gênero que podem ser observadas em todos os estratos sociais.

### **3 AS DEFINIÇÕES DE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

#### **3.1 O QUE É FEMINIZAÇÃO E O QUE É POBREZA**

Como mostra a literatura sobre o tema, a expressão “feminização da pobreza” pode ter vários sentidos distintos, a depender, evidentemente, do que se define, por um lado, feminização e, por outro, pobreza. Embora à primeira vista possa parecer trivial realizar essas definições, não há um consenso nítido sobre o significado dessa expressão. As várias definições possíveis para cada um desses termos abrem um leque razoavelmente amplo de possibilidades a serem avaliadas.

O ponto de partida para abordar essas possibilidades é começar por definições elementares e prosseguir até definições mais complexas, que permitam a definição de hipóteses a serem testadas. Seja qual for o sentido dado à “feminização”, é evidente que se trata de um processo e, portanto, o termo possui uma dimensão temporal,

sendo necessária a comparação entre períodos. Também é óbvio que o processo de feminização de algo indica uma tendência de crescimento do fenômeno no universo feminino, o que exige uma definição de o que consiste esse universo. No campo da pesquisa sobre desigualdades sociais, essa última abre várias possibilidades diferentes, como, por exemplo, entender feminização como o aumento absoluto ou relativo de um fenômeno entre mulheres ou entre famílias chefiadas por mulheres. Na verdade, a lista de definições sobre o que vem a ser “feminização” pode ser bastante longa.

Cada uma dessas definições pode ser combinada com várias outras. Elas dependem, por exemplo, de qual dimensão de gênero será abordada, mulheres ou famílias chefiadas por mulheres, e também do que se entende por “mulher” e por “família”. Mais uma vez, algumas dessas definições não são tão triviais quanto parecem. Do ponto de vista do estudo da relação entre desigualdades de gênero e pobreza, devem ser tratadas na categoria “mulheres” as meninas de um ano de idade? O domicílio em que vivem uma mulher, seu filho e seus pais deve ser entendido como contendo uma ou duas famílias? Quais dimensões da desigualdade entre mulheres e homens são relevantes para se analisar a feminização da pobreza?

As variações não terminam aí. Existem várias definições possíveis de pobreza e um número ainda maior de formas de mensurá-la. Pobreza pode ser definida de muitas maneiras diferentes, de acordo com os julgamentos de valor de quem faz a definição. Existem inúmeras classes de definição de pobreza, cada qual com suas variações internas.

Estabelecida uma definição de pobreza, cabe discutir a forma mais adequada para sua mensuração. Isso pode ser feito a partir de indicadores multidimensionais, como é o caso dos indicadores clássicos de necessidades básicas insatisfeitas, ou por indicadores unidimensionais, como a comumente utilizada insuficiência de renda. Mesmo que indicada apenas por meio da insuficiência de renda, resta saber qual é o valor “correto” da linha de pobreza e resolver problemas metodológicos, como os relacionados ao tratamento das desigualdades intrafamiliares na distribuição da renda disponível. A mensuração do aumento da pobreza na população, por sua vez, pode focalizar a incidência da pobreza entre as pessoas dos diversos grupos (mulheres, tipos de família, etc.), sua intensidade nesses grupos ou a combinação dessas e outras informações relevantes.

Apesar da existência de uma grande quantidade de definições e indicadores de pobreza, a identificação da pobreza entre indivíduos geralmente é feita se atribuindo a eles informações sobre suas famílias, seja por indicadores multidimensionais ou não. Um exemplo disso é o uso de informação sobre renda familiar per capita para identificar o nível de pobreza de cada pessoa. Nesse caso, não se usa a informação sobre os rendimentos efetivamente recebidos por criança ou adulto para medir sua capacidade de consumo, e sim sua fração da renda familiar disponível, o que corresponde ao resultado da renda familiar total dividida pelo número de pessoas da família. Eventualmente, realiza-se alguma transformação de equivalência entre crianças e adultos ou ajustes para lidar com ganhos de escala no consumo familiar.<sup>2</sup>

---

2. É razoável supor que crianças sejam responsáveis por uma menor parcela do consumo familiar de certos bens, da mesma forma que o acréscimo de adultos e de crianças a uma família resultem em ganhos de escala nesse consumo. Assim, foram desenvolvidas metodologias que atribuem peso menor que um aos adultos adicionais e também às crianças, o que é comumente chamado de escalas de equivalência.



Essa prática tem implicações diretas nos estudos sobre pobreza e desigualdades de gênero. O uso de informação familiar *per capita* assume, implicitamente, que não existem – ou que não é possível medir – desigualdades intrafamiliares. No entanto, uma boa parte das desigualdades entre mulheres e homens está relacionada ao que ocorre dentro das famílias. Se existem desigualdades de gênero na divisão de tarefas domésticas, na participação na esfera política e nas remunerações dadas no mercado de trabalho, por que elas não haveriam de existir também dentro das famílias?

No Brasil, os arranjos domiciliares mais comuns são formados por casais, com ou sem filhos. Conseqüentemente, na maioria dos domicílios vivem aproximadamente o mesmo número de homens e de mulheres. Logo, indicadores de pobreza que não lidam com desigualdades intradomiciliares tenderão a apresentar, aproximadamente, os mesmos níveis de pobreza entre mulheres e homens na população, quando utilizados. É de esperar, portanto, que a opção pelo uso de indicadores uni ou multidimensionais desse tipo seja capaz de alterar os níveis de pobreza na população, mas não modificar expressivamente sua distribuição entre homens e mulheres, caso tenham como base a unidade domiciliar. Isso significa que se forem adotados indicadores tais como acesso ao saneamento básico e à energia elétrica, ou qualquer outro que reflita uma característica do domicílio, então os resultados tendem a ser semelhantes para homens e para mulheres, pois não refletirão desigualdades intradomiciliares. Nesse caso, portanto, as desigualdades de gênero reveladas na mensuração da pobreza por insuficiência de renda não devem ser de magnitude radicalmente distinta da pobreza, medida por necessidades básicas insatisfeitas,<sup>3</sup> por exemplo.

### 3.2 O QUE É FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

É necessário restringir o conjunto de alternativas possíveis de definição de o que vem a ser feminização da pobreza a um número razoável para que a hipótese de sua ocorrência no Brasil nas últimas duas décadas possa ser mais facilmente avaliada. Essa restrição é realizada apenas por questões pragmáticas e não tem como objetivo negar a relevância de outras formas de se definir a feminização da pobreza. As principais definições tratadas neste estudo e as justificativas para sua adoção são discutidas a seguir.

Antes de delimitarmos o campo de possíveis definições de feminização da pobreza, cabe ressaltar que a sobre-representação feminina na pobreza e a feminização da pobreza são fenômenos relacionados, porém, distintos. Enquanto o primeiro diz respeito à constatação de uma maior pobreza entre as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um determinado momento, o segundo refere-se a mudanças que ocorrem entre dois pontos na história. O processo de feminização da pobreza consiste no crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo.

Por meio da análise da literatura disponível e das considerações anteriormente apresentadas, pode-se chegar a seis definições possíveis do que seja feminização da pobreza, são elas:

- a) aumento da proporção de mulheres entre os pobres;

---

3. Evidentemente, apenas testes empíricos serão capazes de determinar com segurança a validade dessa suposição.

- b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres;
- c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres;
- d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens;
- e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e
- f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.

A primeira e a segunda hipóteses são as mais simples e foram as que originaram o debate sobre feminização de pobreza. Segundo tais hipóteses, a feminização da pobreza consistiria numa elevação da proporção de mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulher entre os pobres. Cabe ressaltar que essas definições estão sujeitas às características demográficas da população em análise. Assim, um aumento da proporção de mulheres ou de indivíduos em famílias chefiadas por mulher levaria à feminização da pobreza, de acordo com essas hipóteses. Apesar disso, as consideramos por serem relevantes para a formulação de políticas públicas.

As quatro possíveis definições seguintes não possuem essa sensibilidade às alterações das características demográficas da população. Da terceira hipótese, depreende-se que um aumento da proporção de pobres entre as mulheres ou um agravamento de sua pobreza (uma redução da renda das mulheres pobres) caracterizaria a feminização da pobreza. Em outras palavras, seria uma piora absoluta nos indicadores de pobreza para as mulheres.

No entanto, pode-se também entender feminização da pobreza como uma piora relativa nos indicadores. Seria possível, por exemplo, que a incidência da pobreza entre mulheres se mantivesse constante, ao passo que diminuísse entre os homens. Embora mantidas em um patamar estável ao longo do tempo, as mulheres estariam piores em relação aos homens. Para tratar dessa e de outras possibilidades semelhantes, analisamos também a hipótese de feminização da pobreza como um aumento nos diferenciais de incidência ou da intensidade da pobreza entre mulheres e homens ao longo do tempo.

A discussão inicial sobre feminização da pobreza sempre foi fortemente voltada para a idéia de ocorrência de empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres ou, mais exatamente, das famílias formadas por mulheres sem cônjuge. A idéia implícita nesse tipo de definição é a de que a dissolução de uniões e, em menor grau, a gravidez fora de uniões estáveis levariam as mulheres a viverem em famílias sem cônjuges. Do ponto de vista da provisão de renda, essas famílias teriam a desvantagem de contar com um adulto provedor a menos e, portanto, estariam mais vulneráveis à pobreza. A “feminização da pobreza”, nesse caso, seria entendida não como uma elevação absoluta ou relativa da pobreza entre as pessoas de sexo feminino, mas como o aumento de uma “dimensão feminina” da pobreza, relacionada à estrutura familiar. Esse aumento consistiria no crescimento da pobreza tanto em homens quanto em mulheres de famílias

chefiadas por mulher ou em modificações nos diferenciais das medidas de pobreza entre famílias com chefia feminina e masculina.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 DELIMITAÇÃO DO PERÍODO TEMPORAL DE ANÁLISE

Neste estudo optamos por analisar um período de duas décadas, de 1983 a 2003. Há algumas razões para essa escolha. Ao estender o período até 2003, trazemos a análise para o momento mais próximo possível, conforme a disponibilidade de dados. É razoável aceitar que o ano de 2003 é um bom referencial para se entender a pobreza no Brasil atual.

Iniciamos a análise na década de 1980. Para essa escolha foi levada em consideração a boa comparabilidade dos resultados dos levantamentos de dados utilizados no estudo. Devido a mudanças de metodologia ocorridas de uma década a outra, optamos por evitar os ajustes necessários para comparar os conceitos de família, trabalho e renda ao longo do tempo, uma vez que não parecia haver nenhuma razão para crer que a inclusão da informação referente à década de 1970 fosse alterar os resultados obtidos. O início em 1983 se deve unicamente à busca de uniformidade de intervalos decenais na comparação de um período de 20 anos.

### 4.2 MENSURAÇÃO DA POBREZA

Uma vez restringido o campo de definições da feminização de pobreza, cabe definir a forma de mensuração da pobreza a ser utilizada. Apesar das desvantagens, especialmente no que se refere à suposição de igualdade na distribuição intradomiciliar dos recursos, optamos por utilizar, neste estudo, os já tradicionais indicadores de insuficiência de renda como forma de identificar a pobreza no Brasil. A vantagem desse tipo de indicador nesta pesquisa é que ele permite a realização, com certa facilidade, de análises que consideram hipóteses de desigualdades na distribuição dos recursos familiares. Se fossem usados indicadores multidimensionais, essas análises requereriam um instrumental bem mais complexo do que o utilizado por nós. Porém, nada impede – e seria até mesmo recomendável – que nosso estudo seja replicado com outro tipo de indicador de pobreza, e os resultados comparados.

As bases de dados utilizadas em nosso estudo foram as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads), realizadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizadas as pesquisas de 1983 a 2003, ressaltando-se a inexistência de coleta de informações nos anos de 1991, 1994 e 2000, seja em virtude da realização dos censos demográficos, seja em decorrência de outros fatores.

Para medir a insuficiência de renda optamos pela utilização da variável de rendimento domiciliar, que é a soma dos rendimentos oriundos de todas as fontes (salário, aluguel, juros) de todos os moradores de um determinado domicílio, excluindo-se apenas os pensionistas,<sup>4</sup> empregados domésticos e seus familiares. Para o cálculo da

---

4. Por pensionista entende-se “pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação” (IBGE, 2003).

renda *per capita*, divide-se esse rendimento por todos os membros do domicílio, até mesmo pelas crianças e pelas pessoas sem rendimento. Obviamente, nesse cálculo está implícita uma distribuição igual dos recursos entre os membros da família. Todavia, em nosso trabalho, também realizaremos simulações sob a hipótese de que os indivíduos detêm diferentes proporções dos recursos familiares, que serão mais bem explicadas adiante.

### 4.3 A DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE POBREZA

Há um grande debate internacional sobre a forma “correta” de definição e de mensuração da pobreza, cuja preocupação central é identificar o patamar absoluto abaixo do qual as pessoas poderiam ser consideradas pobres. No Brasil, as estimativas variam, geralmente calculando que entre 30% e 40% da população seria pobre. No nosso estudo o objeto principal é a relação entre desigualdades de gênero e pobreza, portanto, a preocupação com a mensuração exata do patamar da pobreza ocupa um papel secundário.

Para evitar uma controvérsia desnecessária sobre a metodologia da mensuração da pobreza e o valor exato de seu patamar, optamos por uma estratégia de análise de dominância. Para isso adotamos três linhas de pobreza simples, que definem como pobre toda a população cujos rendimentos familiares forem inferiores aos valores dos quantis (valor da separatriz) de 30%, 40% e 50% da população em 2003, ordenada de forma crescente conforme sua renda familiar *per capita*. Para facilitar o entendimento, chamaremos essas linhas, respectivamente, de A, B e C. A análise de dominância consiste em avaliar se os resultados obtidos para cada uma das linhas conduzem às mesmas conclusões e, portanto, se é possível deduzir que o valor exato da linha é de menos relevância em nosso estudo.

A tabela 1 apresenta os valores das separatrizes usados para determinar cada uma das linhas de pobreza adotada. O valor de R\$ 110,33, definido como a linha A, indica que o indivíduo que ocupa a posição que separa os 30% mais pobres possuía, em 2003, esse valor como rendimento mensal domiciliar *per capita*. Os três valores limites encontrados em 2003 são ajustados aos anos anteriores por índices de preço (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – de setembro de cada ano). Ou seja, as linhas de pobreza A, B e C, embora estabelecidas em relação a posições na distribuição em 2003, ao longo do tempo determinam separatrizes em valores reais, pois só se alteram em decorrência de variações nos preços. Com isso também tentamos controlar o efeito que flutuações nos valores das linhas possam trazer aos resultados.

TABELA 1

#### Valores nominais das linhas de pobreza, Brasil – 1983 e 2003

	1983	2003
Linha de pobreza A	Cr\$ 16.154,90	R\$ 110,33
Linha de pobreza B	Cr\$ 21.474,80	R\$ 146,67
Linha de pobreza C	Cr\$ 27.819,62	R\$ 190,00

Fonte: IBGE/Pnad microdados; INPC.

Obs.: Após o cálculo dos valores das linhas de pobreza em reais de 2003, esses foram convertidos para cruzeiros de 1983, levando-se em conta a correção inflacionária e a conversão de moeda.

As linhas de pobreza são uma ferramenta útil, mas não se deve deixar de ter em mente que elas são apenas indicadores imperfeitos. Um estudo que se baseie em tais linhas deve levar em conta essa imperfeição e buscar conclusões que sejam relativamente robustas às variações nos valores das linhas. A pobreza é resultado do nível e da distribuição de recursos na sociedade. Logo, os estudos que utilizam linhas de pobreza baseadas em insuficiência de renda estão sujeitos a variações em suas conclusões quando o valor das linhas é modificado. Isso tenderá a ocorrer toda vez que a densidade de população em torno de um ponto da distribuição dos rendimentos for muito alta. Uma solução para o problema é variar os pontos em relação à zona de densidade alta, realizando a análise com diferentes linhas de pobreza e avaliando se elas produzem resultados muito distintos.

Um exemplo ajuda a entender como o efeito-linha funciona. No Brasil, grande parte dos idosos recebe benefícios previdenciários, a maioria, o piso de um salário mínimo mensal. Hipoteticamente, um esquema de estratificação que determine que a população de baixa renda seja aquela que recebe um centavo a menos que um salário mínimo faria com que muitos idosos não fossem classificados como pessoas de baixa renda. No entanto, se o critério fosse alterado para uma nova linha de renda de um centavo acima do salário mínimo, a maioria dos idosos anteriores passaria ao grupo de pessoas de baixa renda. Devido à concentração de pessoas em torno de um ponto, variações de centavos na linha de estratificação podem levar a grandes mudanças na interpretação dos resultados. O uso de diferentes linhas na estratificação, com valores razoavelmente maiores e menores, permitiria constatar em que medida os resultados são afetados pelas linhas escolhidas.

#### 4.4 INDICADORES DE POBREZA

Após a definição da linha de pobreza, cabe decidir qual indicador ou conjunto de indicadores seria mais adequado para medir a feminização da pobreza no Brasil. Esse fenômeno pode ocorrer, como já discutido anteriormente, na forma de aumento da incidência da pobreza, crescimento de sua intensidade, transferências dos mais aos menos pobres ou combinação desses fatores. A proporção de pobres entre as mulheres ou famílias chefiadas por mulheres é uma boa medida de incidência da pobreza, mas é insensível a variações em sua intensidade. O hiato médio de renda em relação à linha de pobreza mede adequadamente a intensidade, mas é insensível à incidência. Nenhuma das duas medidas é sensível a transferências ocorridas entre os pobres. Por esse motivo realizamos a análise utilizando uma terceira medida que seja sensível a variações na incidência, na intensidade e na desigualdade entre os pobres.

Essas medidas podem ser sumarizadas na classe de indicadores decomponíveis de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke, conhecida por índices FGT, e definem-se pela fórmula:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z_p - y_i}{z_p} \right)^{\alpha}, \quad (1)$$

onde  $P\alpha$  é a medida de pobreza;  $n$ , o tamanho da população;  $q$ , o número de pobres;  $z_p$ , a linha de pobreza; e  $y_p$ , a renda domiciliar *per capita*. Quando  $\alpha=0$ ,  $P\alpha$  se denota por  $P0$  e o cômputo da medida retorna à proporção de pobres na população total. Quando  $\alpha=1$ ,  $P1$  fornece o hiato médio de pobreza, uma medida de intensidade da pobreza. Se  $\alpha=2$ , a medida representada por  $P2$  é igual ao hiato quadrático médio, uma medida que combina informações sobre a incidência e a intensidade da pobreza à desigualdade da renda entre os pobres e é também conhecida como medida de severidade da pobreza.

#### 4.5 A DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA

Como a renda familiar *per capita* é o indicador de pobreza usado, cabe definir o que se entende por família. O conceito de família é uma ferramenta analítica e, como qualquer ferramenta, justifica-se por seus propósitos. Existem várias definições diferentes de família, mas nem todas são adequadas aos objetivos deste estudo. Em um extremo, a família é um grupo de pessoas de parentesco reconhecido, em geral limitado a certas categorias de parentesco. Nessa definição, usada em certos estudos nas áreas de antropologia e direito civil, irmãos que moram em países diferentes, por exemplo, compõem uma mesma família. No outro extremo, a família é abordada como uma unidade de reprodução de população. Nesse caso, são famílias os casais de pessoas de sexos diferentes em suas diversas fases do ciclo de vida, incluindo-se aí os núcleos familiares monoparentais. Em geral, essa é a definição usada por demógrafos preocupados com a dinâmica populacional. Nos estudos sobre pobreza, o interesse geralmente é identificar unidades domésticas nas quais se compartilham a renda e o consumo e, portanto, as famílias são entendidas como os grupos de moradores de um mesmo domicílio, os arranjos domiciliares.

Vários levantamentos domiciliares no Brasil, como as Pnads, captam informações tanto sobre os núcleos familiares quanto sobre os arranjos domiciliares, denominando os primeiros de “famílias” e os segundos de “unidades domiciliares”. Na maioria das vezes há uma simples coincidência entre ambos. Todavia, em uma fração dos domicílios coabitam dois ou mais núcleos familiares, o que gera uma série de confusões no que diz respeito à análise da pobreza nas famílias brasileiras.

Nas Pnads, um único grupo de parentes vivendo em um domicílio e, provavelmente, compartilhando renda e consumo pode ser entendido como duas ou mais famílias coabitando. Uma combinação relativamente comum no Brasil – um casal que tem uma filha e um neto (filho da filha) – é entendida nas Pnads como duas famílias conviventes. Isso talvez faça sentido do ponto de vista da análise da dinâmica populacional, mas não parece ser adequado para o estudo da pobreza. Basta notar que se esse for um casal de renda alta e a filha não possuir renda própria, a interpretação de que se trata de duas famílias leva à conclusão pouco razoável de que há uma família de renda alta convivendo com uma família em completa indigência quando, provavelmente, esses parentes compartilham seus rendimentos e consumos.

Para evitar esse problema, neste estudo não seguimos a nomenclatura das Pnads e tratamos por família o conjunto de moradores do domicílio, independentemente das eventuais divisões internas possíveis de serem realizadas. Foram excluídas da análise aquelas pessoas que podem coabitar com as famílias, mas cuja participação no consumo

e na provisão de rendimento dos demais moradores não é bem conhecida, como é o caso dos empregados domésticos que vivem no domicílio – uma fração inferior a 1% da população total.

Quando se mencionam famílias chefiadas por mulheres em estudos sobre a pobreza, o que se tem em mente são, geralmente, famílias formadas por uma mulher e seus filhos ou, eventualmente, domicílios em que há uma mulher vivendo só. Todavia, como o conceito de chefia não é muito claro, é possível identificar, no Brasil, casais em que a mulher é considerada o principal responsável pelo domicílio e entendê-los como casais chefiados por mulheres. Embora esses casais ainda sejam uma fração pequena do total, para evitar ambigüidades optamos por identificar as famílias em função de sua composição (mulher sem cônjuge com filhos, casal sem filhos, etc.) e não pelo tipo de declaração de chefia.

#### 4.6 DISTRIBUIÇÃO INTRAFAMILIAR DA RENDA

Como discutido anteriormente, o indicador de renda familiar *per capita* pressupõe, implicitamente, que a distribuição dos rendimentos nas famílias se dá de maneira completamente igualitária: cada pessoa recebe uma fração idêntica da renda familiar total. No entanto, é razoável levar em consideração que os mesmos motivos que causam desigualdades na divisão do trabalho doméstico ou na diferenciação dos salários de homens e mulheres possam também provocar desigualdades na distribuição da renda dentro das famílias.

Não é de nosso conhecimento nenhum estudo que permita determinar como ocorre a distribuição da renda total nas famílias brasileiras. Por esse motivo, adotamos a estratégia de conduzir a análise ora assumindo o pressuposto tradicional de divisão igualitária da renda, isto é, supondo que cada pessoa pode dispor do equivalente à renda *per capita* de sua família, ora simulando o que ocorreria caso houvesse desigualdade na distribuição dos rendimentos familiares.

As simulações consistem em supor que as pessoas têm a capacidade de reter parte dos rendimentos que recebem e, em seguida, avaliar como se comportam as medidas de pobreza para diferentes grupos da população, nas seguintes hipóteses:

- 1) 100% – cada indivíduo retém integralmente o que recebe para si;
- 2) 75% – indivíduos retém 75% do que recebem para si e distribuem em suas famílias os 25% restantes;
- 3) 50% – metade do que é recebido por pessoa é mantida por ela, sendo a outra metade distribuída nas famílias;
- 4) 25% – indivíduos retém 25% do que recebem para si e distribuem em suas famílias os 75% restantes; e
- 5) 0% – indivíduos não retém nenhuma renda, distribuindo integralmente o que recebem em suas famílias (hipótese usada nas estimativas que se baseiam em renda domiciliar *per capita*).

## 5 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os principais resultados de nosso estudo, que dizem respeito basicamente a quatro aspectos. O primeiro refere-se à existência ou não de uma sobre-representação de mulheres ou de pessoas em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge entre os pobres para 2003. O segundo e o terceiro tratam especificamente da questão da feminização da pobreza, buscando apreender se esse fenômeno realmente ocorreu entre os anos de 1983 e 2003, considerando-se tanto a hipótese de distribuição igualitária dos recursos no interior do domicílio quanto a de retenções de parte do rendimento individual.

### 5.1 A SOBRE-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POBREZA

Neste ponto do trabalho são apresentados os resultados encontrados no processo de averiguação das hipóteses de sobre-representação das mulheres ou dos indivíduos em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” na pobreza. Importante ressaltar que aqui estamos tratando de um perfil estático da pobreza, ou seja, a análise refere-se a apenas um ponto no tempo – no caso, o ano de 2003. A variação dessa sobre-representação ou dos indicadores de intensidade e de incidência da pobreza ao longo do tempo – ou seja, o comportamento da pobreza entre 1983 e 2003 – será apresentada nas seções seguintes.

#### 5.1.1 Há sobre-representação das mulheres entre os pobres em 2003?

Para a análise da pobreza entre as mulheres, iniciamos com a verificação da hipótese de que há uma sobre-representação das mulheres entre os pobres em 2003. Há duas possibilidades para se verificar se existe essa sobre-representação. A primeira seria ver a proporção de mulheres entre os mais pobres. Nesse sentido, em 2003, para qualquer linha de pobreza adotada, aproximadamente 51% dos pobres eram mulheres. Além de não ser uma diferença significativa em relação à proporção de homens, esse valor reflete claramente a composição demográfica da população brasileira, que se dividia da mesma forma em 2003: 51% de mulheres e 49% de homens.

Quando se ordena a população de homens e de mulheres em décimos, de acordo com a sua renda *per capita*, não é possível observar sobre-representação das mulheres em nenhum estrato de renda, como mostra o gráfico 1.<sup>5</sup> Nele é possível observar que a distribuição das mulheres e a dos homens é homogênea ao longo de todos os décimos da distribuição dos rendimentos. Assim, se considerarmos os três primeiros décimos da população, que dizem respeito à linha de pobreza A, verificaremos que 30% das mulheres estão presentes nesse grupo. O mesmo se repete para as outras duas linhas de pobreza, que incorporam, respectivamente, os quatro e os cinco primeiros décimos da distribuição. Cabe ressaltar que esse é um resultado obtido quando se considera que não existem desigualdades na distribuição intrafamiliar de rendimentos.

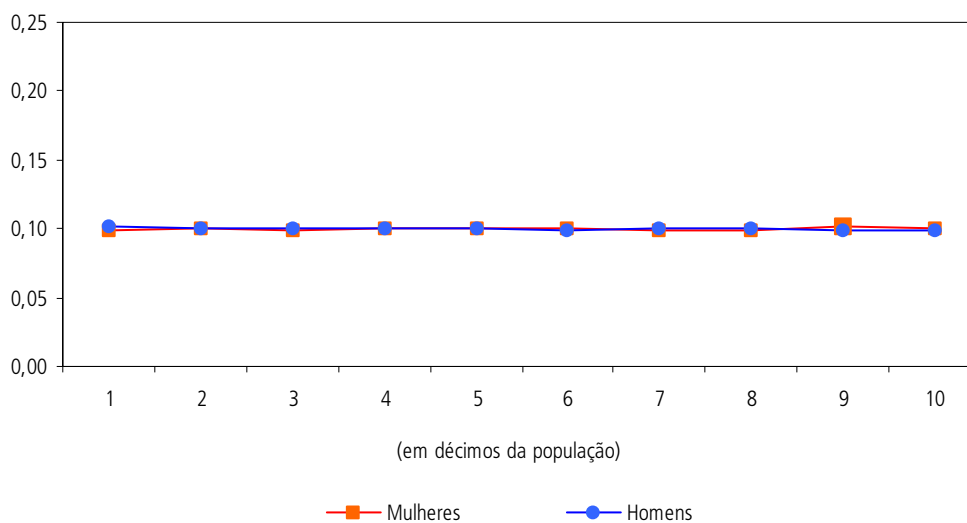
---

5. O gráfico 1 ajuda na compreensão desse fenômeno: quando um grupo se encontra sobre-representado num décimo de renda, o valor de seu índice será maior que 0,10, e, se estiver sub-representado, será menor que 0,10.



GRÁFICO 1

### Distribuição de homens e mulheres nos diferentes décimos da população ordenados de acordo com a renda *per capita*



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

#### 5.1.2 Há sobre-representação das pessoas em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge entre os pobres em 2003?

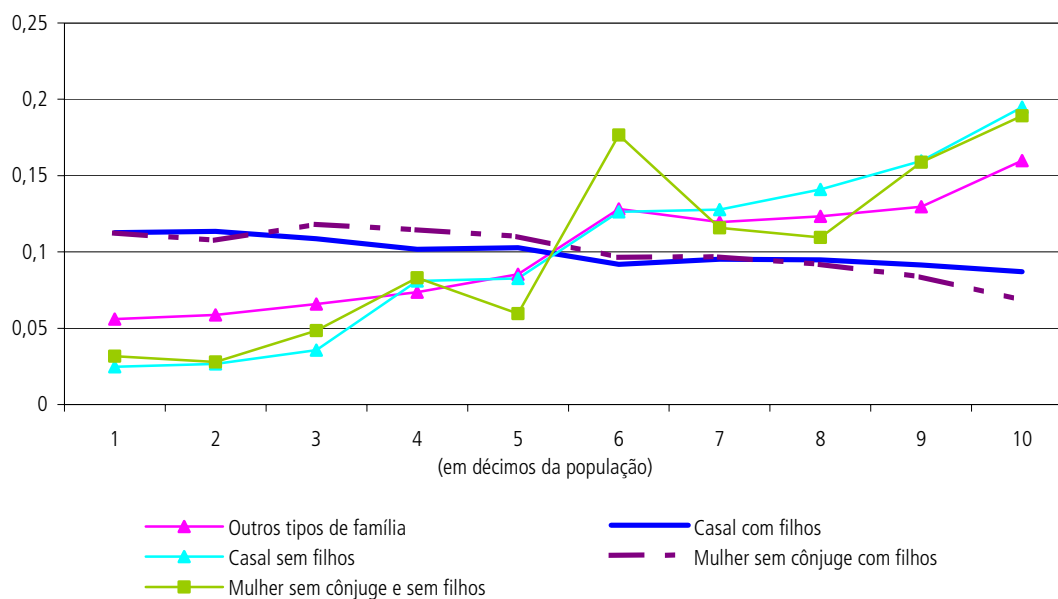
Tomando agora como objeto de análise as pessoas vivendo em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, passamos à verificação da hipótese de que essas famílias estariam sobre-representadas entre os pobres. Seguindo o raciocínio aplicado ao caso da sobre-representação de mulheres na pobreza, calculamos a proporção de pessoas em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” entre os pobres, que foi aproximadamente de 18%. Mais uma vez, verificamos que essa informação reflete a composição demográfica brasileira, que apontava, em 2003, 19% da população vivendo em famílias chefiadas por mulheres.

Ordenando-se a população em décimos de acordo com a renda *per capita*, observa-se uma sobre-representação de famílias do tipo “mulher sem cônjuge com filhos” e “casais com filhos” nos estratos de renda mais baixos; o inverso ocorre com os outros tipos de família analisados. Assim, o que parece ser mais importante na determinação de maior ou menor incidência da pobreza para certo tipo de família é a presença ou ausência de filhos, e não o tipo de chefe (se casal ou mulher sem cônjuge).

Isso significa que podemos afirmar que há uma sobre-representação na pobreza de pessoas que vivem em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos. No entanto, naquelas cuja estrutura é uma mulher sem cônjuge e sem filhos, encontramos uma sub-representação nos estratos mais pobres da população.

GRÁFICO 2

**Distribuição de tipos de família nos diferentes décimos da população ordenados de acordo com a renda *per capita***



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

## 5.2 HOUE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA ENTRE 1983 E 2003?

A partir deste ponto apresentaremos efetivamente os resultados da análise da existência ou não de feminização da pobreza ao longo do período 1983-2003, segundo seis definições distintas do que venha a ser esse fenômeno. As duas primeiras definições, mais simples, implicam um aumento da proporção de mulheres ou de pessoas em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” entre os pobres. A terceira e quarta definições de feminização da pobreza referem-se a uma piora absoluta ou relativa dos indicadores FGT de pobreza para as mulheres (incidência, intensidade e severidade). O último par de definições é análogo ao anterior, mas agora se considera as pessoas em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge e estas em comparação às pessoas em famílias chefiadas por casais.

### 5.2.1 Proporção de mulheres e de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres

Sendo assim, as duas primeiras hipóteses de feminização da pobreza serão confirmadas quando houver: *i*) aumento na proporção de mulheres entre os pobres; ou *ii*) aumento na proporção de pessoas vivendo em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge entre os pobres. Pode-se observar, pela tabela 2, que não houve um aumento na proporção de mulheres entre os mais pobres ao longo do período analisado. Considerando-se qualquer linha de pobreza, cerca de 50% dos pobres são mulheres, o que, mais uma vez, revela a influência da composição demográfica da população. Logo, sob a hipótese de aumento da proporção de mulheres entre os pobres, não podemos falar que houve feminização da pobreza entre 1983 e 2003.

Entretanto, a análise por tipo de família revela um aumento da proporção de pessoas que vivem em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge entre os pobres. O comportamento do indicador também não varia segundo a linha de pobreza adotada e revela que há um aumento de cerca de 63% na proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, indo de 11%, em 1983, para 18%, em 2003. Cabe ressaltar, porém, que esses resultados refletem, como era de esperar, a alteração da composição demográfica da população ao longo do mesmo período. No entanto, apesar de não chegar a um quinto dos pobres, houve um aumento gradativo das pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, o que não pode também ser totalmente desprezado.

A conclusão nesse caso é a de que há um processo de feminização da pobreza quando tratamos de pessoas em famílias chefiadas por mulheres, mas esse é um reflexo do processo de mudança demográfica da população brasileira.

TABELA 2

**Proporção de mulheres e de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres**

Porcentagem de mulheres entre os pobres			
Linhas de pobreza			
	A	B	C
1983	50%	50%	50%
1993	51%	51%	51%
2003	51%	51%	51%
Porcentagem de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres			
Linhas de pobreza			
	A	B	C
1983	11%	12%	12%
1993	15%	15%	15%
2003	18%	19%	19%
Porcentagem de pessoas em famílias chefiadas por mulheres na população			
1983	12%		
1993	15%		
2003	19%		

Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

### 5.2.2 Evolução dos indicadores FGT de pobreza para as mulheres

Nesta seção consideraremos a terceira e quarta definições de feminização de pobreza apresentadas, as quais se referem à evolução ao longo do tempo da incidência (P0), da intensidade (P1) e da severidade (P2) da pobreza para homens e mulheres. Dessa forma, a feminização da pobreza entre 1983 e 2003 será confirmada em dois casos: *i*) absoluto, se houver, ao longo do período, um aumento nos indicadores de pobreza para as mulheres; e *ii*) relativo, se houver, no período, um distanciamento dos indicadores para homens e mulheres, ou seja, se as mulheres piorarem de situação em comparação com homens. Assim, se ambos apresentarem queda nos indicadores de pobreza, mas os homens apresentarem uma queda superior à observada para as mulheres, então estaremos diante de um processo de feminização da pobreza.

Foram calculados, para cada uma das linhas de pobreza, os Ps para mulheres e homens. Os gráficos 3, 4 e 5 apresentam a evolução, entre 1983 e 2003, da incidência, da intensidade e da severidade da pobreza para cada uma das linhas consideradas. As falhas nos anos de 1991, 1994 e 2000 se referem, como já foi esclarecido anteriormente, aos anos em que não houve Pnad no Brasil.

Podemos observar, a partir desses gráficos, que, quanto mais subimos na linha de pobreza, passando da linha A para a C, maiores são os valores dos Ps encontrados. Isso, obviamente, é consequência do fato de que se temos um contingente maior de pobres, teremos um aumento em qualquer indicador considerado.

Analisando o comportamento desses indicadores ao longo das duas décadas encontramos uma tendência de queda seguida por uma estabilidade nos valores de P0, P1 e P2 para as mulheres nas três linhas de pobreza consideradas. Cabe ressaltar que essa tendência de queda não é uniforme ao longo do tempo, havendo um grande vale em 1986 (ver gráfico 3) – em decorrência dos efeitos do Plano Cruzado, que logo foram anulados pelo seu insucesso – e uma queda significativa em 1995, em parte associada ao Plano Real. A partir desse ano, o gráfico indica uma inércia dos indicadores de pobreza sob qualquer linha considerada.

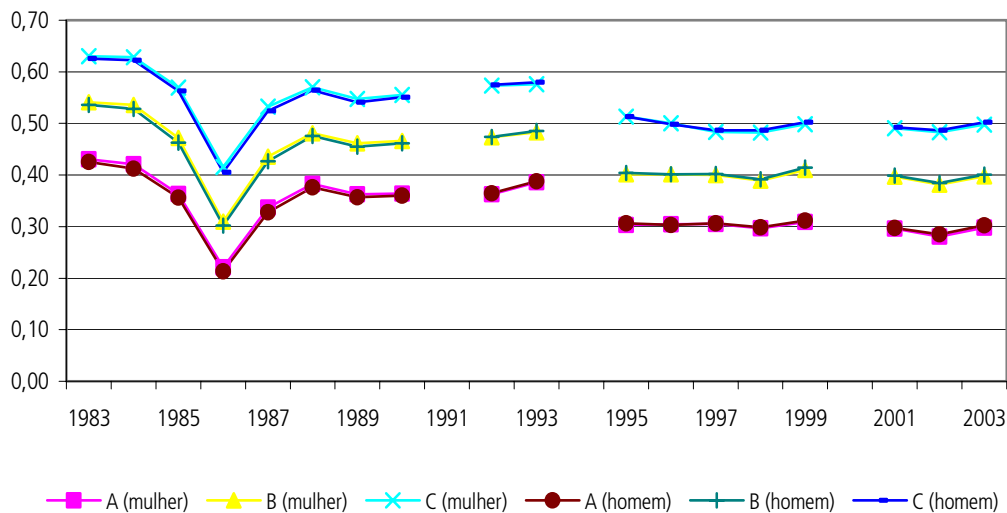
Assim, se desconsiderarmos o momento de subida de todos os indicadores entre 1986-1988, que retornam aos patamares anteriores ao Plano Cruzado, observaremos que, ao longo das duas décadas consideradas, tem ocorrido uma tendência de diminuição seguida por uma estabilidade tanto da incidência quanto da intensidade e da severidade da pobreza entre as mulheres, o que indica que não temos um processo de feminização da pobreza segundo a definição de uma piora absoluta dos indicadores.

Por fim, se analisarmos os diferenciais de P0, P1 e P2 entre homens e mulheres ao longo do tempo, podemos perceber que eles se mantiveram constantes para as três linhas de pobreza consideradas. Na verdade, os indicadores de homens e mulheres se comportaram de maneira idêntica, levando a linhas sobrepostas nos gráficos 3, 4 e 5, em razão da própria medida de pobreza utilizada, que pressupõe uma igual distribuição intradomiciliar de recursos. Sendo assim, pode-se constatar que também não ocorreu um aumento relativo da pobreza entre as mulheres.

A conclusão é que, se consideramos o grupo das mulheres, não houve qualquer processo de feminização – absoluto ou relativo – entre os anos de 1983 e 2003.

GRÁFICO 3

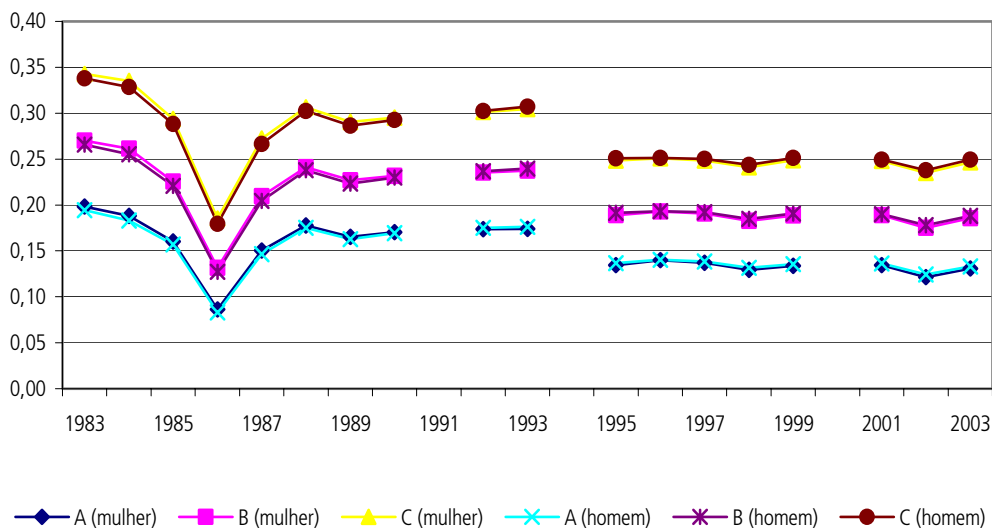
**Evolução da incidência da pobreza para mulheres e homens**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

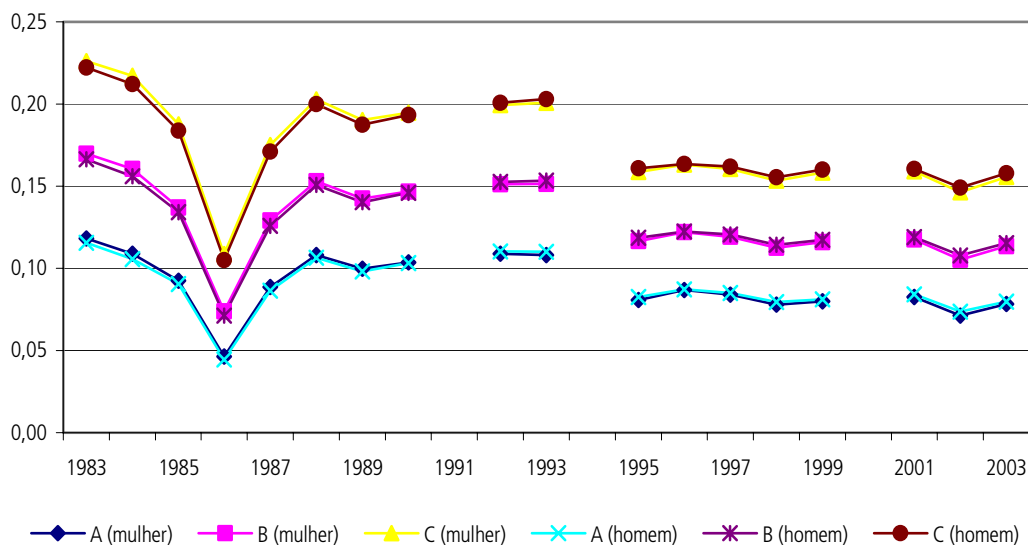
GRÁFICO 4

**Evolução da intensidade da pobreza para mulheres e homens**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

**Evolução da severidade da pobreza para mulheres e homens**

Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

### 5.2.3 Evolução dos indicadores FGT de pobreza para as famílias do tipo “mulher sem cônjuge”

Nesta seção, consideraremos as duas últimas definições de feminização da pobreza, o que requer uma análise da evolução ao longo do tempo dos indicadores FGT para todos os tipos de família aqui selecionados. A confirmação de que houve feminização da pobreza entre 1983 e 2003 ocorrerá em dois casos: *i*) absoluto, se houver, ao longo do período, um aumento nos indicadores de pobreza para as pessoas vivendo em domicílios chefiados por mulheres; e *ii*) relativo, se houver, no período, um distanciamento dos indicadores para pessoas em famílias chefiadas por mulheres e pessoas em famílias chefiadas por homens, ou seja, se as famílias chefiadas por mulheres piorarem de situação em comparação às chefiadas por homens. Assim, se ambos apresentarem queda nos indicadores de pobreza, mas as chefiadas por homens apresentarem uma queda superior à observada para as chefiadas por mulheres, então estaremos diante de um processo de feminização da pobreza.

Desse modo, foram calculados, para cada uma das linhas de pobreza, P0 (incidência), P1 (intensidade) e P2 (severidade) para os diferentes tipos de família. Os gráficos 6, 7 e 8 apresentados a seguir mostram a evolução dos indicadores de pobreza para os diferentes tipos de família considerando-se a linha de pobreza A, ou seja, a que considera 30% da população como pobre em 2003. Os gráficos para as demais linhas encontram-se anexos. Ressalta-se que não há variações significativas quando analisamos os dados à luz de uma ou de outra linha. O padrão de comportamento dos indicadores manteve-se constante, indicando, mais uma vez, que os resultados aqui apresentados não estão sujeitos ao “efeito-linha” sendo, portanto, consistentes.

O que se pode constatar, a partir da análise dos gráficos, é que o comportamento tanto da incidência quanto da intensidade e da severidade da pobreza ao longo do tempo para cada tipo de família é bastante semelhante ao encontrado anteriormente para homens e mulheres. Ou seja, há uma tendência declinante e estável, mas essa

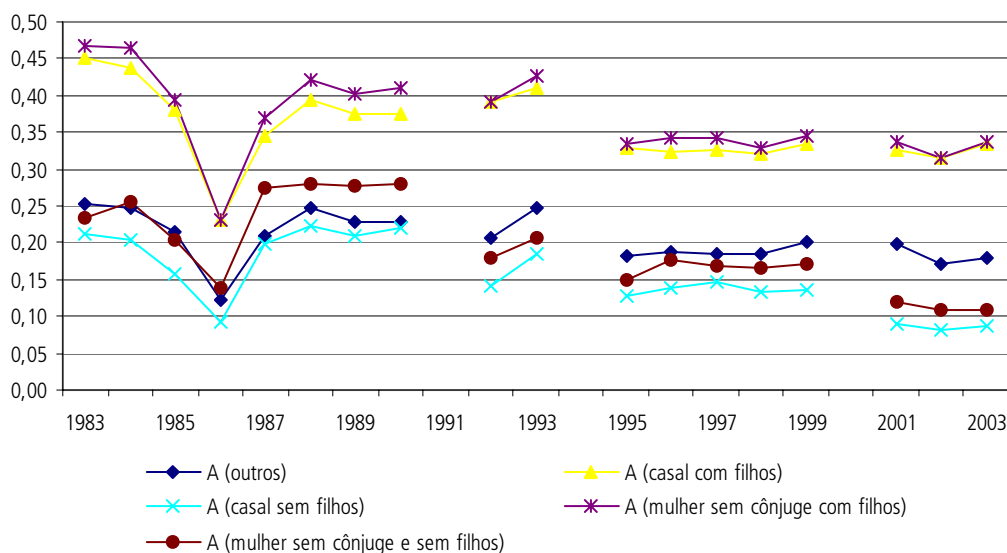
não é homogênea ao longo do período. Outro ponto notável é o fato de que as famílias do tipo “casal com filhos” e “mulher sem cônjuge com filhos” apresentam sempre os indicadores mais elevados, conforme pode ser visto no gráfico 6.

Se analisarmos o período 1983-2003 e considerarmos apenas a tendência geral ao longo das duas décadas, percebemos que houve um comportamento de queda, seguido de uma estabilidade nos valores de P0, P1 e P2 para todos os tipos de família, até mesmo para aquelas chefiadas por mulheres com ou sem filhos. Sendo assim, a incidência e a intensidade da pobreza têm diminuído para todas as famílias, independentemente de sua estrutura. Mais uma vez não podemos, portanto, afirmar que houve feminização da pobreza ao longo dos últimos 20 anos, pelo menos sob a ótica dos valores absolutos.

A análise relativa foi realizada da seguinte forma: foram comparadas as famílias do tipo “casal com filhos” com aquelas do tipo “mulher sem cônjuge com filhos”. Da mesma forma, famílias do tipo “casal sem filhos” foram comparadas às do tipo “mulher sem cônjuge e sem filhos”. Os resultados indicam que os valores de P0, P1 e P2 para esses dois pares de famílias apresentaram um comportamento bastante semelhante ao longo das últimas duas décadas. Se comparamos um tipo de família chefiada por mulher sem cônjuge com uma chefiada por casal, o que podemos notar é que, na verdade, há uma aproximação dos indicadores, o que indica que os valores dos Ps de famílias do tipo “mulher sem cônjuge com filhos” e “mulher sem cônjuge e sem filhos” caíram de forma mais intensa do que o observado para as famílias chefiadas por homem correspondentes. Logo, sob o ponto de vista relativo, também não houve um processo de feminização da pobreza no período analisado.

A conclusão é que, se consideramos as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, não houve qualquer processo de feminização – absoluto ou relativo – entre os anos de 1983 e 2003.

GRÁFICO 6  
Evolução da incidência da pobreza por tipo de família

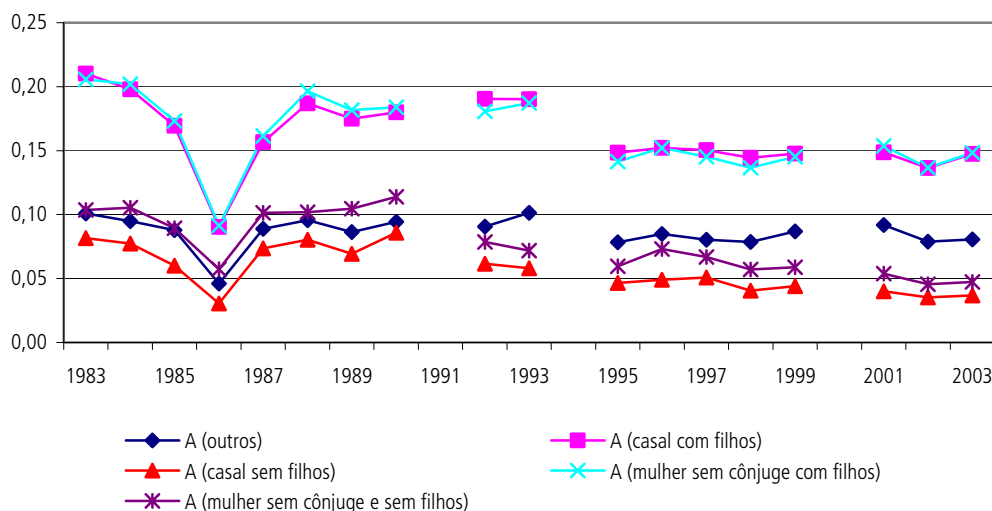


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados aqui apresentados se referem à linha de pobreza de 30%. Os gráficos para as outras duas linhas encontram-se anexos.

GRÁFICO 7

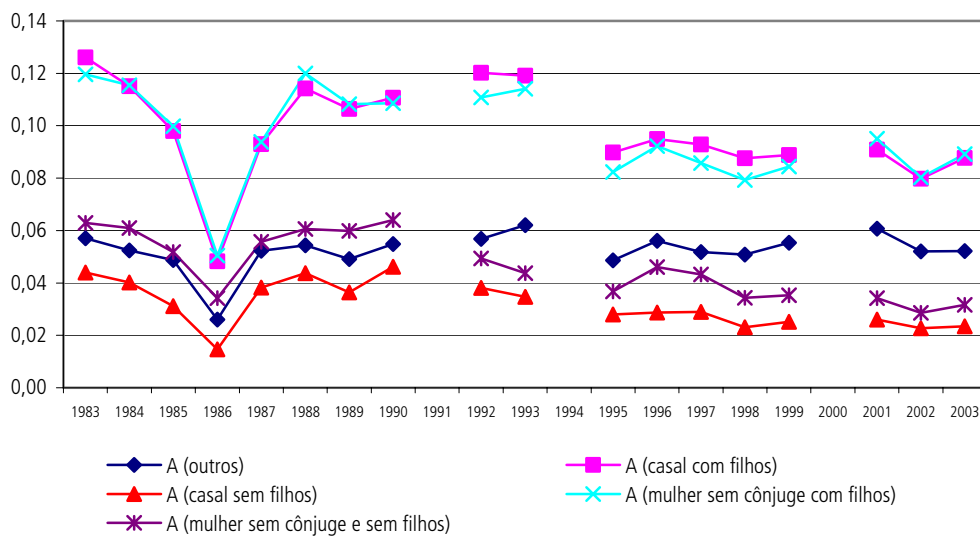
**Evolução da intensidade da pobreza por tipo de família**

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados aqui apresentados se referem à linha de pobreza de 30%. Os gráficos para as outras duas linhas encontram-se anexos.

GRÁFICO 8

**Evolução da severidade da pobreza por tipo de família**

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados aqui apresentados se referem à linha de pobreza de 30%. Os gráficos para as outras duas linhas encontram-se anexos.

### 5.3 A DESIGUALDADE INTRAFAMILIAR: SIMULAÇÕES DE RETENÇÃO DE RENDA

Conforme discutido anteriormente, a forma como é calculada a renda *per capita*, tendo como base a unidade familiar, contribui para a invisibilidade das diferenças na distribuição dos recursos entre homens e mulheres dentro da mesma família. Isso pode ter influenciado o resultado encontrado, segundo o qual não houve sobre-representação das



mulheres entre os pobres em 2003 e, tampouco, feminização da pobreza ao longo das últimas duas décadas.<sup>6</sup>

Com a suposição de que a igualdade na distribuição dos rendimentos entre todas as pessoas da família é uma hipótese distante da realidade, procedeu-se, então, à realização de simulações que supõem algum grau de retenção de renda por aqueles que recebem rendimentos. O objetivo aqui é verificar o que acontece com os indicadores de pobreza e sua evolução ao longo do tempo, se considerarmos uma distribuição desigual de renda entre os membros da família.

As hipóteses de retenção de renda consideradas foram cinco: *i*) 0%, que equivale à hipótese de igualdade na distribuição intrafamiliar de rendimentos; *ii*) 25%; *iii*) 50%; *iv*) 75%; e *v*) 100% – que equivale à hipótese de que todos os rendimentos são mantidos por seus recebedores e, portanto, assemelha-se a um estudo sobre autonomia econômica das mulheres. Uma retenção de 25%, por exemplo, significa que todos os membros de uma família que auferem renda retêm 25% desta. Os 75% restantes são distribuídos uniformemente entre todos os membros do domicílio. Logo, a renda *per capita* de cada um será composta por uma fração correspondente à renda retida e por uma outra fração correspondente à renda distribuída entre todos do domicílio.

É bastante provável que homens e mulheres retenham parcelas diferentes de sua renda. Não é possível, porém, determinar, a partir da base de dados utilizada, quanto é retido por cada grupo. Assim, este estudo assume a hipótese de que homens e mulheres retêm a mesma fração da renda, embora esse possa não ser o padrão de comportamento real.

Da mesma forma, assume-se também que o padrão de retenção é constante ao longo do tempo, ou seja, se a população retinha 25% da sua renda em 1983, ela permanece retendo a mesma fração em 2003. Também é de esperar que esse não seja um comportamento que reflita perfeitamente a realidade, dado que as pessoas retêm uma parcela menor ou maior de sua renda de acordo com suas necessidades econômicas naquele momento, a qual é totalmente influenciada por planos econômicos, mudanças políticas, entre outros fatores. No entanto, se a população não deve ter mantido seu padrão de retenção constante, também não deve tê-lo ampliado.<sup>7</sup> Em face das dificuldades econômicas e da redução nos rendimentos entre 1999 e 2004, não é de esperar que tenha diminuído a parcela de renda destinada ao domicílio. Pelo contrário, deve ter acontecido um processo de redução da retenção da renda tanto para homens quanto para mulheres.

Os gráficos apresentados a seguir foram construídos tendo como base a linha de pobreza B. Mais uma vez, os resultados não apresentaram variações significativas quando foram alteradas as linhas, motivo pelo qual optamos por expor apenas um dos casos.

---

6. Cabe destacar que a realização de simulações de distribuição desigual dos rendimentos na família somente faz sentido se considerarmos as definições de feminização da pobreza que se referem às mulheres e não aos tipos de família.

7. Mesmo que houvesse ocorrido um aumento no padrão de retenção de renda, ainda assim os resultados aqui encontrados seriam válidos. Basta considerar, por exemplo, a incidência da pobreza em 1983, levando em conta a retenção 0%, em 1993, considerando retenção 25%, e, em 2003, a retenção 50%.

Antes de passar à apresentação dos resultados, é importante dizer que foram feitas simulações de retenção de renda para dois casos específicos. No primeiro deles foram considerados todos os membros da família, até crianças e pessoas sem rendimento. No segundo caso, consideraram-se apenas as pessoas que se declararam chefes ou cônjuges. O objetivo dessa separação é vislumbrar de forma mais realista as desigualdades na distribuição de rendimento entre homens e mulheres, pois quando se consideram as crianças da família, por exemplo, as desigualdades tendem a ser minimizadas. Isso acontece porque, ao mesmo tempo em que não dispõem de renda para reter, quando há a distribuição da parte que é lançada para a família, meninos e meninas ficam com a mesma renda *per capita*. Essa igualdade de rendimentos *per capita* entre meninos e meninas contribui para reduzir as desigualdades entre os sexos, pois já que ambos dispõem de igual montante de renda mesmo que sob a hipótese de desigualdade na distribuição intrafamiliar de recursos. É para controlar esse efeito que foram realizadas simulações para os dois grupos anteriormente explicitados.

### 5.3.1 Considerando todas as pessoas da família

Feitas as considerações iniciais, passamos agora à apresentação dos novos valores de incidência de pobreza calculados a partir da nova renda *per capita* simulada.<sup>8</sup> Analisando os gráficos que seguem, inicialmente cabe destacar que, quanto maior é o nível de retenção de renda por parte daqueles que a recebem, maior é a incidência (e a intensidade) da pobreza entre as mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato de que os rendimentos das mulheres são, em média, inferiores aos de homens. Assim, a qualquer nível de retenção, o valor da fração de renda retida pelos homens será superior à retida pelas mulheres, o que nos indica que sob a hipótese de desigual distribuição intrafamiliar, as mulheres devem ser significativamente mais pobres do que os homens. Se aumentarmos o montante de renda retido, obviamente sobra menos para ser distribuído uniformemente entre todos os membros.

Podemos observar que a incidência de pobreza entre as mulheres, dada uma linha de pobreza, aumenta sob os pressupostos de retenção de renda criados para simular desigualdades intrafamiliares. Assim, em 2003, para a linha de pobreza B, 40% da população brasileira é pobre, e, da mesma forma, 40% das mulheres são pobres sob a hipótese de 0% de retenção, número esse que sobe para 43%, 49%, 57% e 62% sob as hipóteses de retenção de 25%, 50%, 75% e 100%, respectivamente. Desse modo, depreende-se que há uma sobre-representação das mulheres entre os pobres quando se considera uma distribuição desigual de recursos intrafamiliarmente, e, quanto mais desigual essa última, maior será a sobre-representação feminina na pobreza.

Para verificar a possibilidade de feminização da pobreza diante dessa nova hipótese, devemos acompanhar o comportamento do indicador de incidência da pobreza ao longo dos 20 anos em estudo. Na análise absoluta (gráfico 9), a incidência da pobreza entre as mulheres apresenta, apesar das oscilações em uma ou em outra direção, uma tendência declinante seguida por uma estabilidade nos últimos dez anos. Dessa forma,

---

8. Os indicadores de intensidade (P1) e de desigualdade da pobreza (P2) apresentaram comportamento similar ao do indicador de incidência. Os gráficos que mostram o comportamento desses indicadores ao longo do período se encontram anexos.

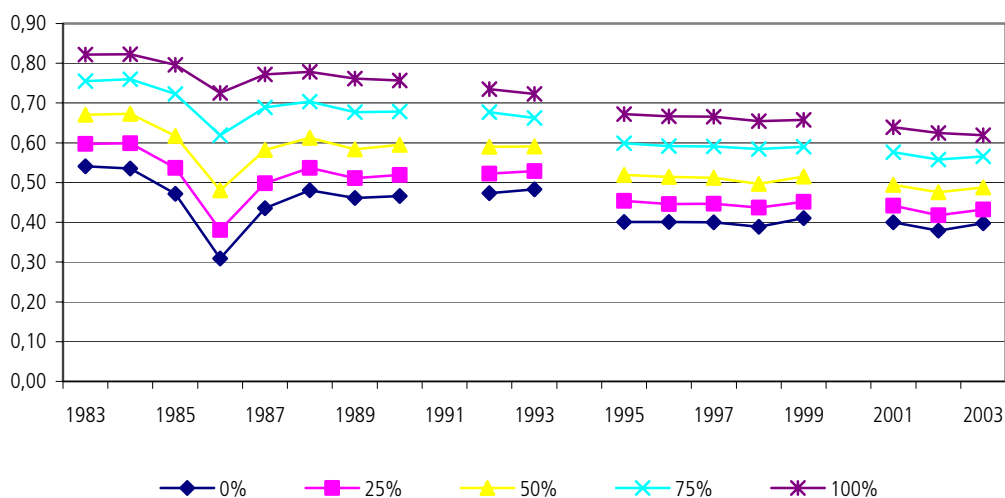
se supormos constante o padrão de desigualdade intrafamiliar, e se considerarmos apenas a tendência geral ao longo dos últimos 20 anos, o resultado anteriormente obtido acerca da feminização da pobreza será o mesmo. Pelo gráfico é fácil perceber que qualquer que seja o percentual de retenção da renda, a incidência da pobreza cai e mantém-se estável entre 1983 e 2003, o que nos indica que não há uma feminização da pobreza, se considerarmos os indicadores absolutamente.

A análise relativa da feminização pode ser feita a partir do gráfico 10, no qual se apresenta a evolução do diferencial de pobreza entre homens e mulheres. O que o gráfico mostra é que, sob a hipótese de retenção de 0% (igualdade na distribuição de recursos no domicílio), não há diferencial de pobreza entre os sexos, o que apenas confirma os resultados apresentados anteriormente. Para os demais níveis de retenção, pode-se observar que há claramente uma sobre-representação de mulheres, pois os diferenciais (incidência de pobreza de homens menos incidência para mulheres) são sempre positivos. No entanto, se observarmos o comportamento ao longo do tempo, fica claro que há, da mesma forma, uma redução desse diferencial, o que significa que sob a análise relativa também não há feminização da pobreza.

Concluindo, quanto maior o grau de desigualdade intrafamiliar, maior a incidência da pobreza entre as mulheres e maior o diferencial entre homens e mulheres, ou seja, maior é a sobre-representação das mulheres na pobreza. Porém, em nenhum caso há feminização.

GRÁFICO 9

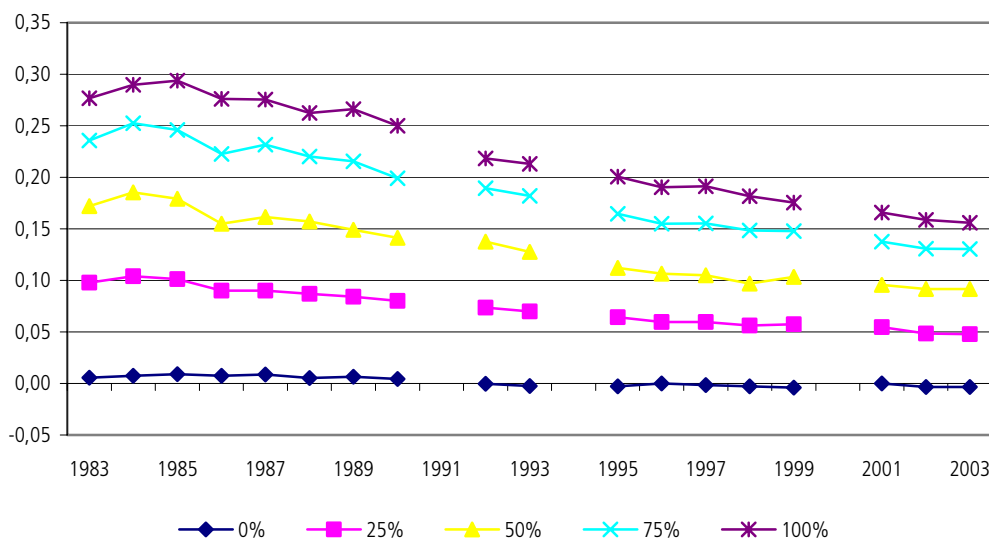
**Evolução da incidência de pobreza para mulheres, considerando desigualdade intrafamiliar**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10

### Evolução do diferencial de incidência de pobreza entre mulheres e homens, considerando desigualdade intrafamiliar



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

### 5.3.2 Considerando apenas chefes e cônjuges

Tendo em vista que os chefes e os cônjuges são os que mais contribuem para o rendimento familiar, e numa tentativa de visualizar ainda mais a diferença entre homens e mulheres, passamos, então, à mesma análise realizada anteriormente, mas agora considerando somente os membros da família chefes ou cônjuges. Inicialmente, pode-se perceber pelo gráfico 11 que a incidência da pobreza, quando consideradas apenas mulheres chefes e cônjuges, é menor do que aquela apresentada no gráfico 9, que considera todas as mulheres. A explicação está na própria forma de cálculo da renda *per capita*. Se essa renda é calculada dividindo-se o rendimento pelo número de membros do domicílio, quando reduzimos os membros para apenas chefes e cônjuges, a renda *per capita* aumenta e, portanto, reduzem a incidência e a intensidade da pobreza.

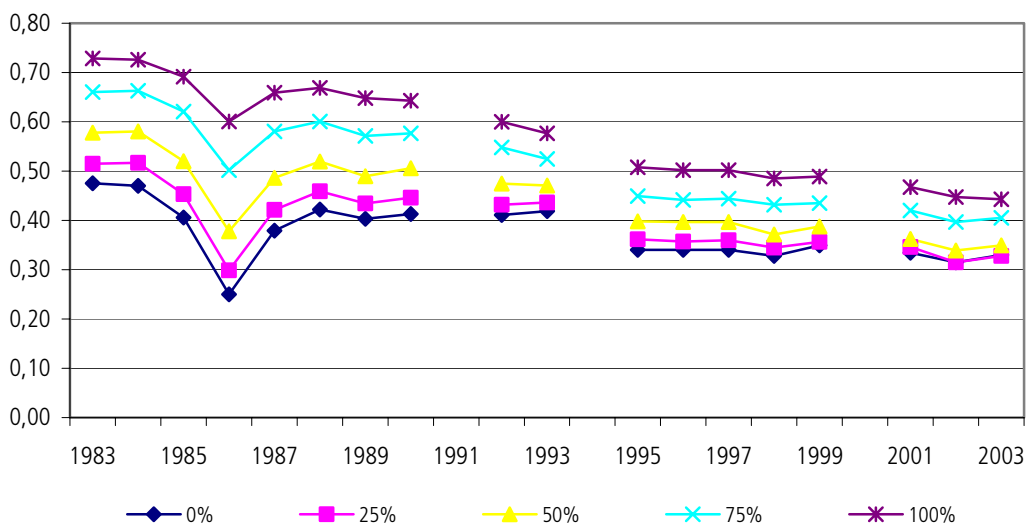
Da mesma forma, se compararmos os gráficos 10 e 12, podemos notar que, sob a consideração de mulheres chefes e cônjuges, o diferencial na incidência ou na intensidade da pobreza tende a ser maior do que quando consideramos todos os membros da família. Conforme explicado anteriormente, isso é resultado da exclusão de pessoas sem rendimento, especialmente crianças, que tendem a minimizar as desigualdades.

Passando aos resultados da análise ao longo dos últimos 20 anos, percebe-se que, mesmo que se considere apenas chefes e cônjuges, não foi possível encontrar uma tendência de feminização da pobreza. Novamente, para qualquer nível de retenção, há uma queda importante na incidência (e na intensidade) da pobreza. Assim, também aqui, não constatamos feminização da pobreza na análise absoluta.

Já na análise relativa, o que se pode depreender é que há uma sobre-representação ainda mais intensa de mulheres entre os pobres nesse caso, com diferenciais entre homens e mulheres muito maiores do que no caso anterior. No entanto, ao longo do tempo esse diferencial apresentou um comportamento declinante, o que mais uma vez aponta para a inexistência de feminização da pobreza no período.

GRÁFICO 11

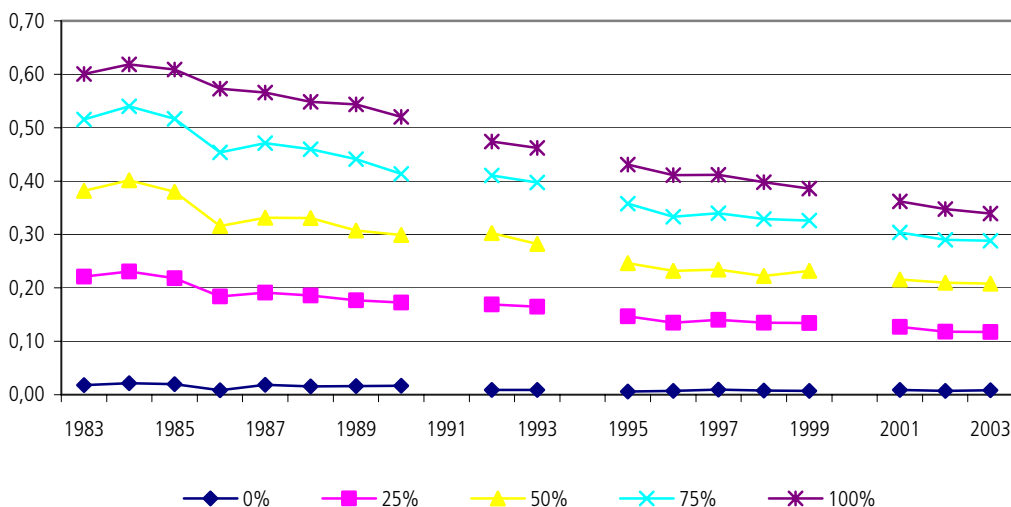
### Evolução da incidência de pobreza para mulheres chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 12

### Evolução do diferencial da incidência de pobreza entre mulheres e homens, chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

## 6 CONCLUSÕES

A dimensão feminina da pobreza foi abordada neste estudo sob diferentes aspectos: em um primeiro momento, discutiu-se a respeito da existência de uma sobre-representação, em 2003, de mulheres ou de pessoas em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” na pobreza. Nesses casos, a discussão limitava-se à apresentação de um retrato da pobreza para aquele ano, não correspondendo, ainda, a uma análise sobre o processo de feminização da pobreza. Avançando para uma análise que abarcasse esse processo,

partiu-se para a verificação da hipótese de ter havido, entre 1983 e 2003, um aumento absoluto ou relativo nos indicadores de pobreza para mulheres e para pessoas em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuges. São essas hipóteses, aliadas a outras que dizem respeito ao aumento na proporção desses dois grupos entre os pobres, que correspondem àquilo que vimos chamando de feminização da pobreza ao longo deste estudo.

Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que, para praticamente todas as definições consideradas, entre 1983 e 2003 não houve qualquer padrão de feminização da pobreza no Brasil. A única exceção ocorre quando consideramos feminização como um aumento na proporção de pessoas em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” entre os pobres, o que, cabe ressaltar, pode ser entendido como um mero reflexo das mudanças ocorridas no padrão demográfico da população brasileira nas últimas décadas. É importante destacar que, até mesmo sob as hipóteses aqui consideradas para a simulação de desigualdades intrafamiliares, foi impossível verificar a ocorrência de feminização da pobreza em qualquer sentido considerado.

Se avaliarmos apenas a hipótese de ter havido, em 2003, uma maior proporção de mulheres na pobreza, também não encontraremos qualquer padrão que remeta a uma sobre-representação feminina na pobreza, a não ser quando consideramos a hipótese de uma desigual distribuição dos recursos entre os membros familiares. Nesse caso, qualquer que seja o padrão de desigualdade, encontraremos mais mulheres pobres do que homens, tanto no caso de trabalharmos apenas com chefes e cônjuges, quanto no de inclusão de todos os membros da família na análise.

O fato de não havermos constatado uma feminização da pobreza no Brasil, porém, não indica que as políticas de combate à pobreza devam ser neutras com relação a gênero. A existência de uma mesma proporção de homens e mulheres na pobreza não significa que ambos os grupos tenham as mesmas necessidades, que experimentem a pobreza da mesma maneira ou que tenham de seguir os mesmos caminhos para superar essa condição. Nesse sentido, políticas voltadas para a superação da pobreza entre os homens poderiam focar mais fortemente o acesso à educação, especialmente a partir do ensino médio, já que a evasão masculina assume taxas elevadas e muito superiores à feminina. Por outro lado, aquelas voltadas para as mulheres poderiam concentrar-se nas desigualdades no mercado de trabalho, tanto de acesso a postos quanto de remuneração e de ascensão.

A mesma idéia pode ser seguida no caso de pessoas em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge. Mesmo que esse grupo corresponda a apenas um quinto dos pobres, não se pode ignorar as informações sobre o seu perfil e sobre as suas necessidades específicas, quando da delimitação do público-alvo dessas políticas. É importante notar ainda que foi encontrada uma sobre-representação na pobreza de famílias do tipo “mulher sem cônjuge” em que há presença de filhos. Mulheres responsáveis por famílias com filhos e na qual não há outro provedor certamente têm necessidades insatisfeitas distintas daquelas famílias chefiadas por casais.

Sendo assim, as evidências aqui apresentadas podem ser úteis para a formulação de políticas na medida em que apontam as características do público a ser atingido e indicam que políticas de combate à pobreza devem ser elaboradas segundo os diferentes

perfis de seus potenciais beneficiários, pois esses grupos possuem características bastante distintas e irão responder diferentemente a políticas formuladas de forma neutra.

Seria útil que estudos futuros repetissem este exercício para medidas multidimensionais que considerem características individuais, como, por exemplo, o uso do tempo, a inserção no mundo do trabalho, o acesso a títulos de propriedade, que evidenciem a heterogeneidade da pobreza e indiquem que a posição dos indivíduos na família, sua idade, seu sexo e sua raça, determinam formas diferenciadas de enfrentar esse fenômeno.

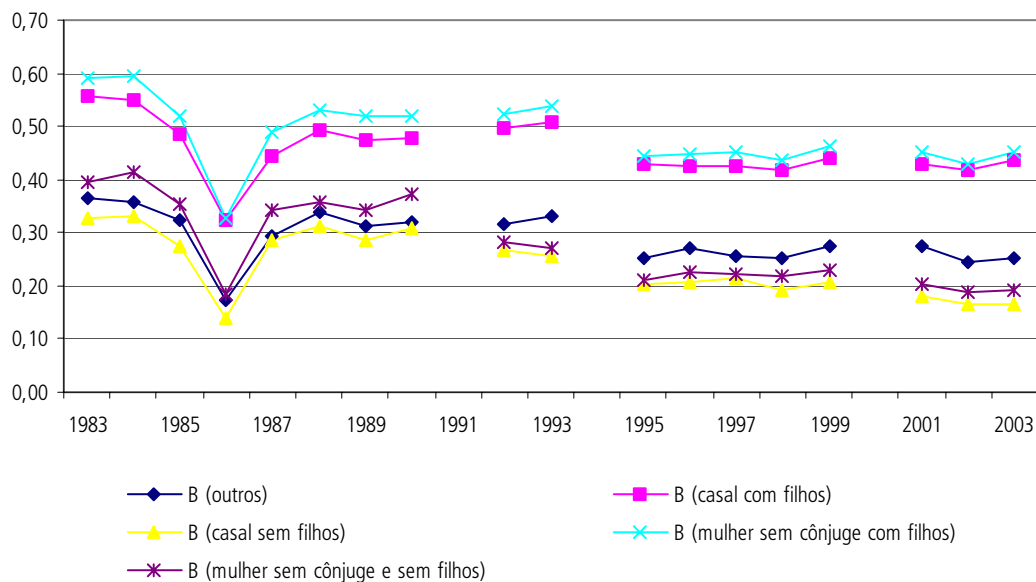
# ANEXOS

## ANEXO 1

### Gráficos de P0, P1 e P2 por tipos de família para as linhas de pobreza B e C

GRÁFICO 1

#### Evolução da incidência de pobreza segundo tipos de família (linha de pobreza B)

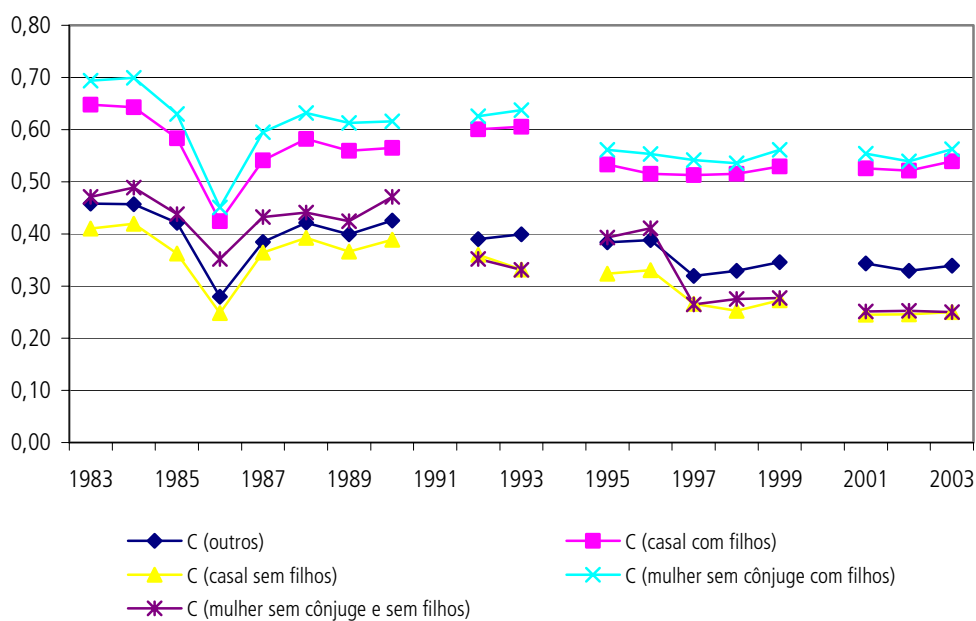


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2

#### Evolução da incidência de pobreza segundo tipos de família (linha de pobreza C)



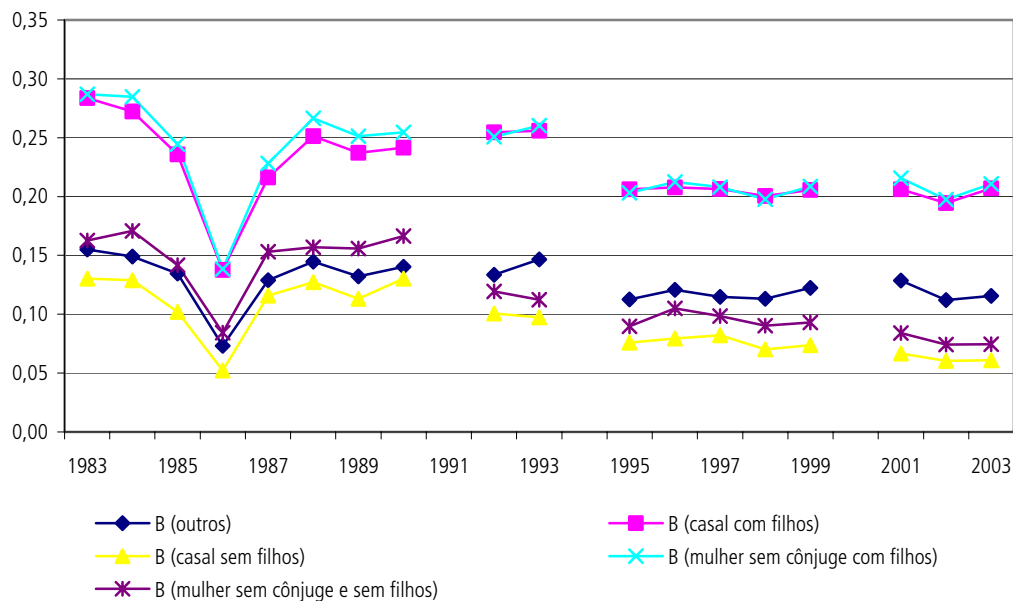
Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.



GRÁFICO 3

**Evolução da intensidade de pobreza por tipo de família (linha de pobreza B)**

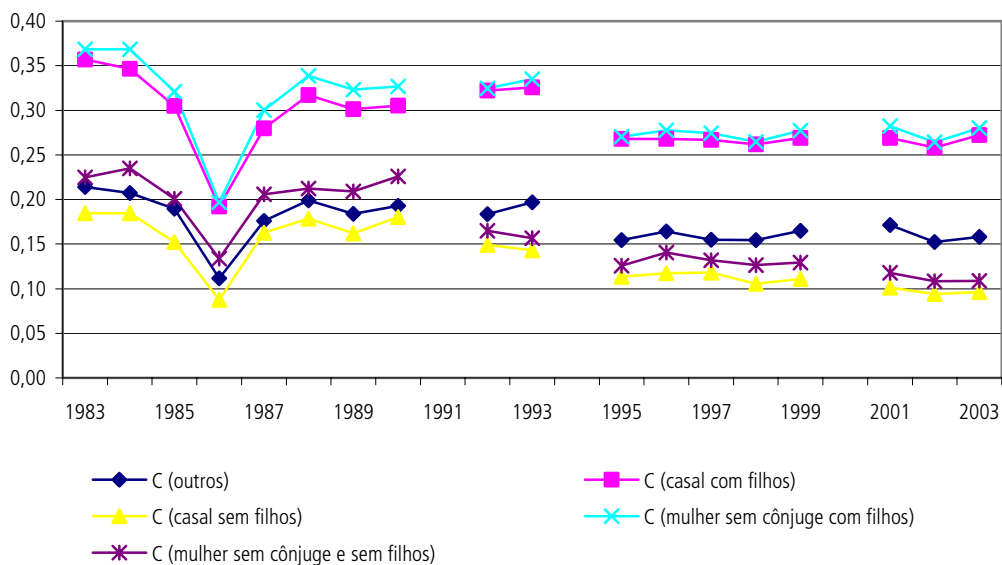


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4

**Evolução da intensidade de pobreza por tipo de família (linha de pobreza C)**

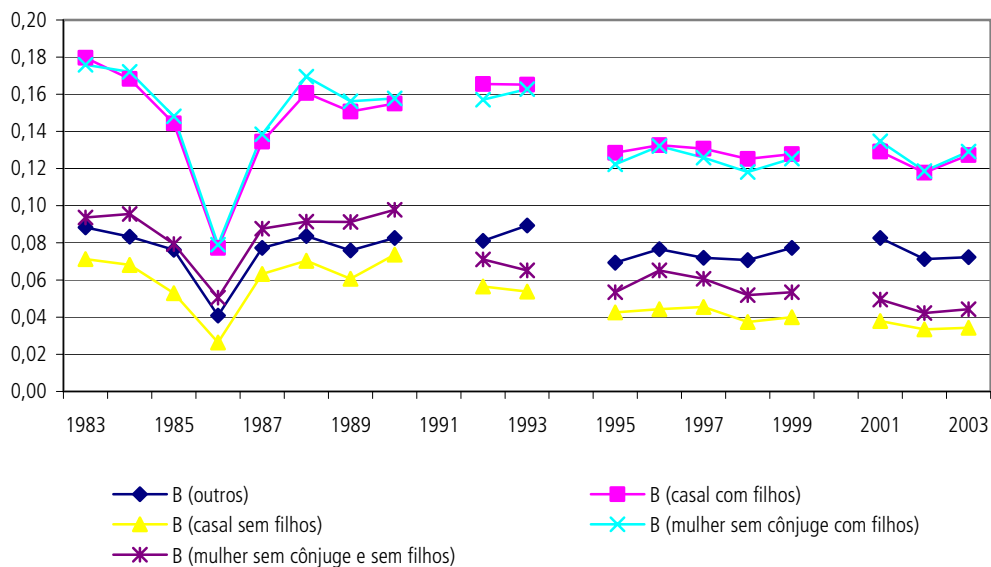


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

**Evolução da severidade de pobreza por tipo de família (linha de pobreza B)**

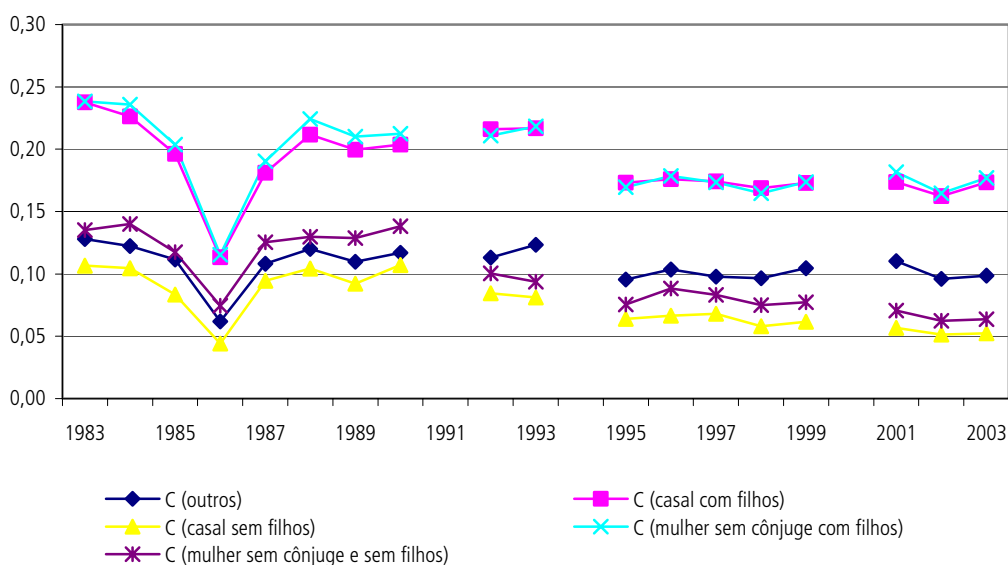


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6

**Evolução da severidade de pobreza por tipo de família (linha de pobreza C)**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.

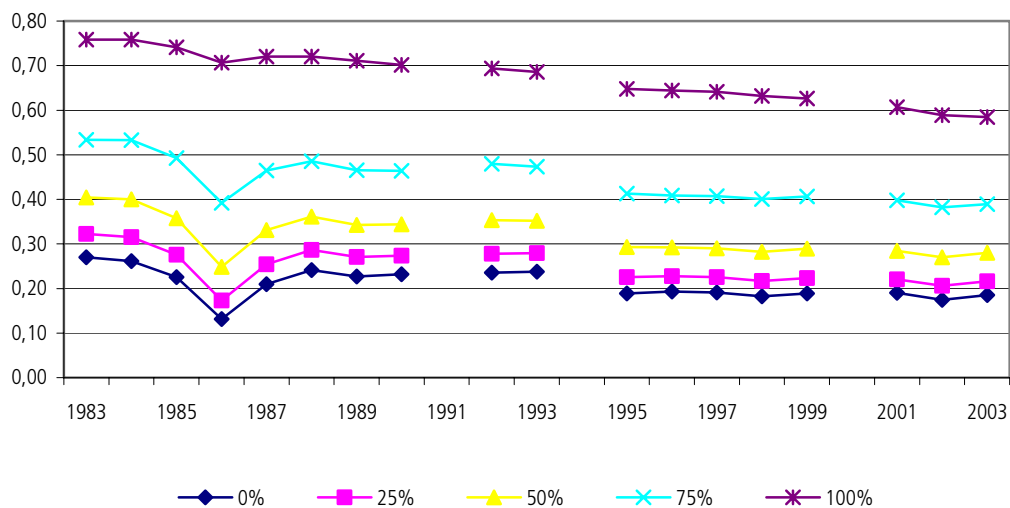
Elaboração dos autores.

## ANEXO 2

### Gráficos de P1 e P2, para a linha B, das simulações de distribuição desigual intrafamiliar

GRÁFICO 1

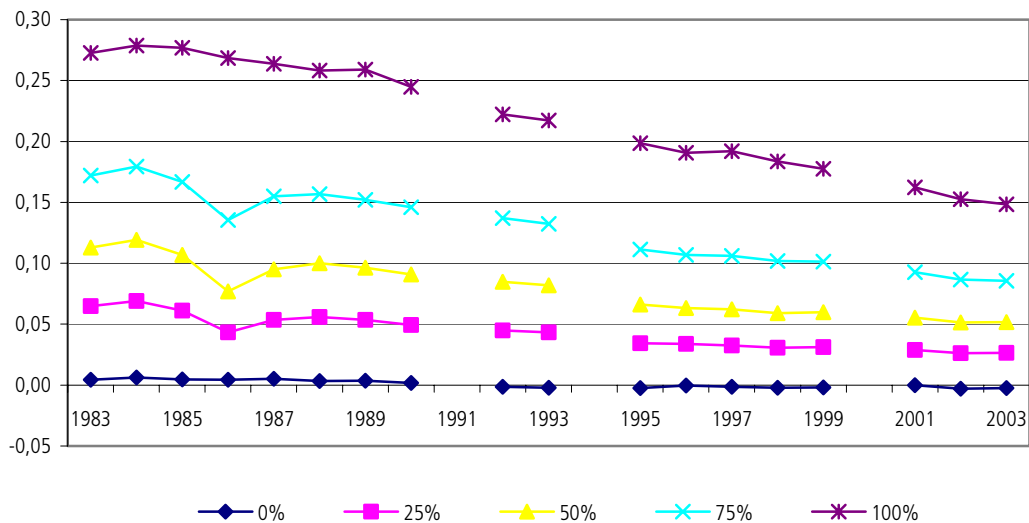
#### Evolução da intensidade de pobreza para mulheres, considerando desigualdade intrafamiliar



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2

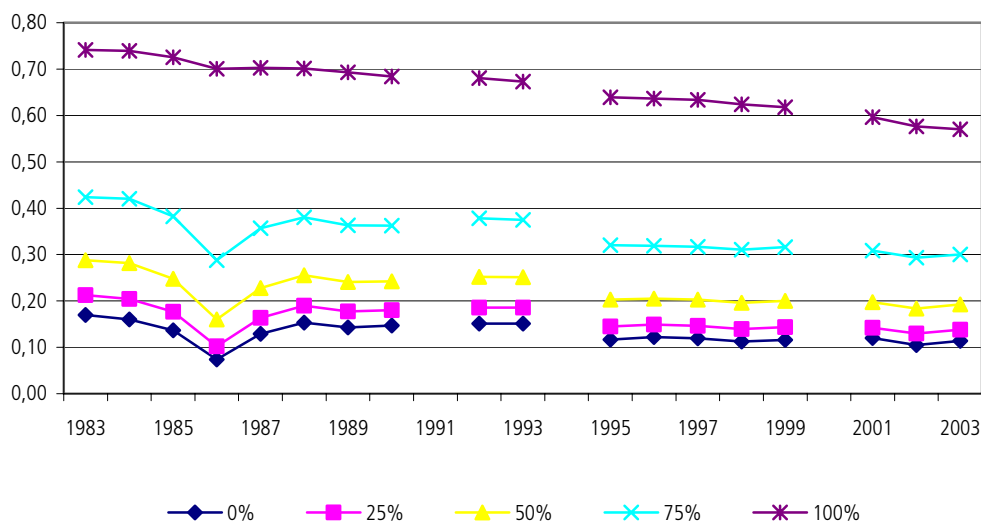
#### Evolução do diferencial de intensidade de pobreza entre mulheres e homens, considerando desigualdade intrafamiliar



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 3

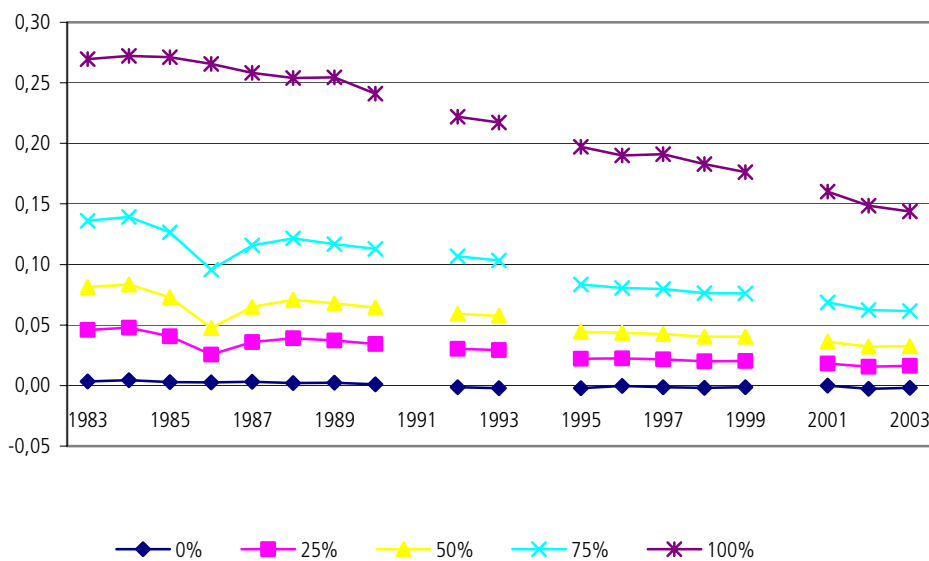
**Evolução da severidade de pobreza para mulheres, considerando desigualdade intrafamiliar**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4

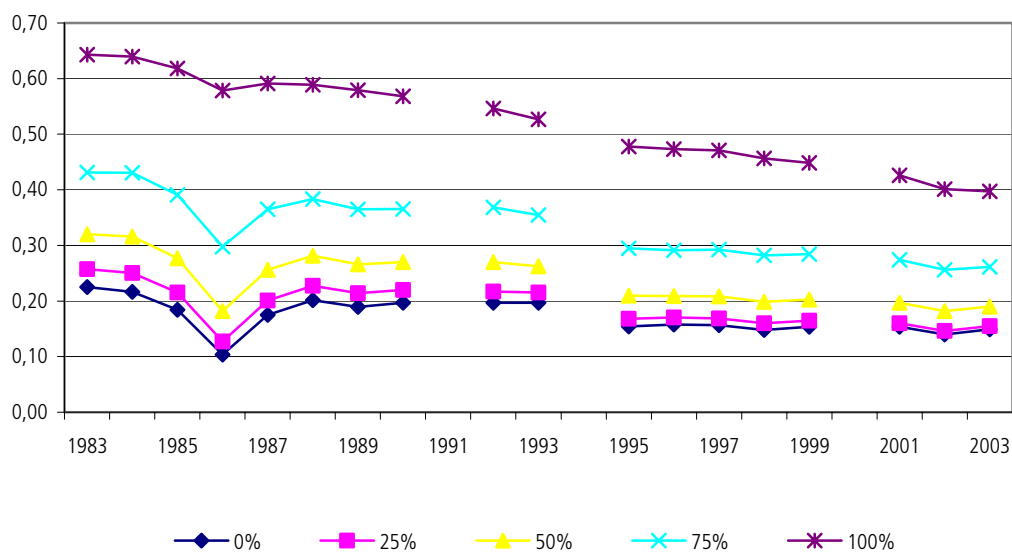
**Evolução do diferencial da severidade de pobreza entre mulheres e homens, considerando desigualdade intrafamiliar**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

**Evolução da intensidade de pobreza para mulheres chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar**

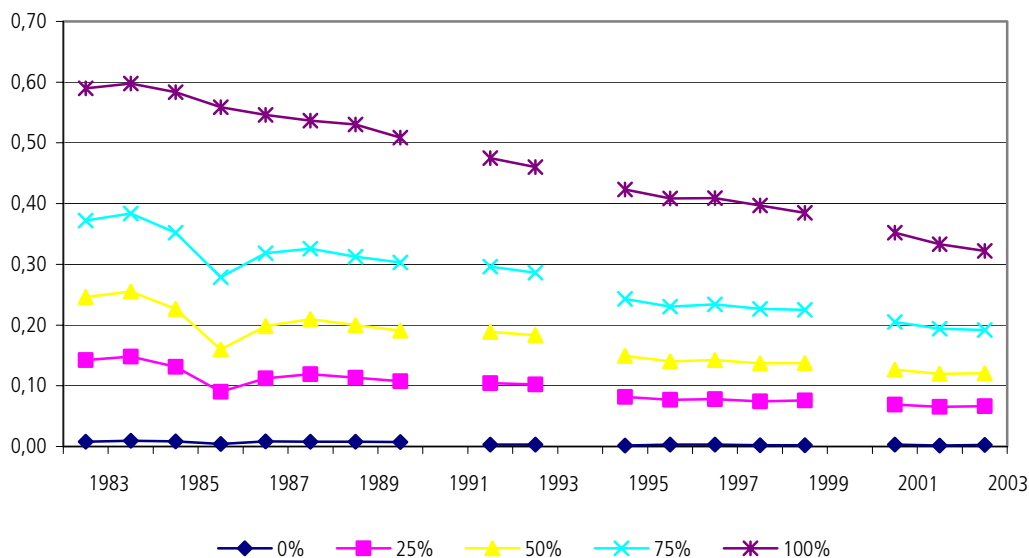


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6

**Evolução do diferencial da intensidade de pobreza entre mulheres e homens, chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar**

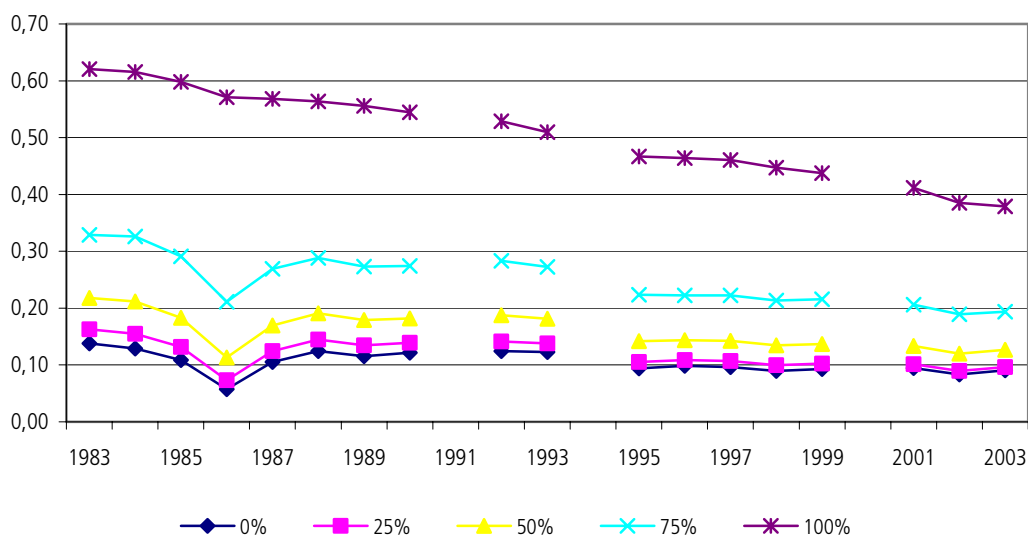


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 7

**Evolução da severidade de pobreza para mulheres chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar**

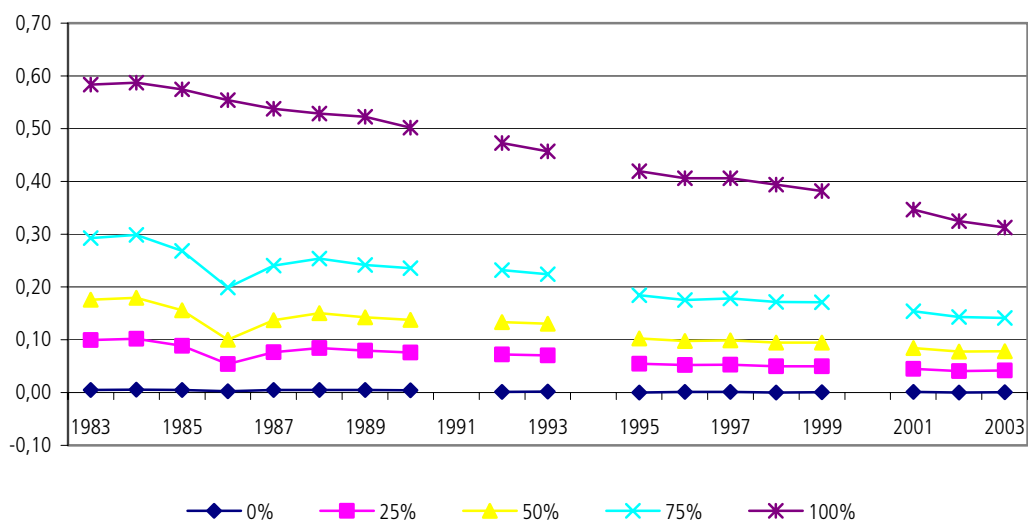


Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

**Evolução do diferencial da severidade de pobreza entre mulheres e homens, chefes ou cônjuges, considerando desigualdade intrafamiliar**



Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração dos autores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADEN, S.; MILWARD, K. **Gender inequality and poverty: trends, linkages, analysis and policy implications**. Brighton; Institute of Development Studies, University of Sussex, 1997 (Bridge Report, n. 30).

BARROS, R. P.; FOX, L.; MENDONÇA, R. **Female-Headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil**. Washington, DC: The World Bank, Mar. 1994 (Policy Research Working Paper, n. 1.275).

BRADSHAW, J. *et al.* **Gender and poverty in Britain**. York: Social Policy Research Unit, University of York, 2003 (Working Paper Series, n. 6).

BRIDGE. **Briefing paper on the feminisation of poverty**. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 2001 (Bridge Report, n. 59).

BUVINIC, M.; GUPTA, G. R. **Targeting poor woman-headed households and women-maintained families in developing countries: views on a policy dilemma**. Washington, DC: International Center for Research on Women and the Population Council, 1994.

\_\_\_\_\_. Female-headed households and female-maintained families: are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? **Economic Development and Cultural Change**, v. 45, n. 2, p. 259-280, 1997.

ÇAGATAY, N. **Gender and Poverty**. New York: UNDP, Social Development and Poverty Elimination Division, May 1998 (Working Paper Series, n. 5)

CASE, A.; DEATON, A. **Consumption, health, gender and poverty**. Princeton: Research Program in Development Studies, Princeton University, 2002.

CASPER, L. M.; MCLANAHAN, S. S.; GARFINKEL, I. The gender-poverty gap: what can we learn from other countries. **American Sociological Review**, v. 59, n. 4, p. 594-605, 1994.

CHANT, S. New contributions to the analysis of poverty – methodological and conceptual challenges to understanding poverty from a gender perspective. **Women and Development Unit**, Eclac, n. 47, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Female household headship and the feminisation of poverty: facts, fictions and forward strategies**. London: London School of Economics, Gender Institute, 2003b (New Working Paper Series, n. 9).

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas**. Brasília: Ipea, 2002 (Texto para Discussão, n. 897).

DASGUPTA, I. Gender-Biased redistribution and intra-household distribution. **European Economic Review**, v. 45, n. 9, p. 1.711-1.722, 2001.

- DAVIES, H.; JOSHI, H. Gender and income inequality in the UK 1968-1990: the feminization of earnings or of poverty? **Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics-in-Society)**, v. 161, n. 1, p. 33-61, 1998.
- DOOLEY, M. D. Women, children and poverty in Canada. **Canadian Public Policy**, v. 20, n. 4, p. 430-443, Dec. 1994.
- FERNÁNDEZ-MORALES, A.; HARO-GARCÍA, J. A note on poverty and gender in Spain. **Journal of Income Distribution**, v. 8, n. 2, p. 235-239, 1998.
- FINDLAY, J.; WRIGHT, R. E. Gender, poverty and the intra-household distribution of resources. **Review of Income and Wealth**, v. 42, n. 3, p. 335-51, 1996.
- FUCHS, V. R. **The Feminization of Poverty?** Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1986 (Working Paper, n. 1.934).
- FUWA, N. The poverty and heterogeneity among female-headed households revisited: the case of Panama. **World Development**, v. 28, n. 8, p. 1.515-1.542, 2000.
- GANGOPADHYAY, S.; WADHWA, W. **Are indian female headed households more vulnerable to poverty.** Haryana: India Development Foundation, Nov. 2003.
- IBGE. **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- LAMPIETTI, J. A.; STALKER, L. **Consumption expenditure and female poverty: a review of the evidence.** Washington, DC: **Policy Research Report on Gender and Development**, The World Bank, Apr. 2000 (Working Paper Series, n. 11).
- LIPTON, M.; RAVALLION, M. Poverty and policy. *In*: BEHRMAN, J.; SRINIVASAN, T. N. (Eds.). **Handbook of Development Economics.** Amsterdam: North Holland, 1995. v. 3.
- LOCHHEAD, C.; SCOTT, K. The dynamics of women poverty in Canada. **Canadian Council on Social Development**, Mar. 2000.
- MARCOUX, A. **The feminization of poverty: claims, facts, and data needs.** **Population and Development Review**, v. 24, n. 1, p. 131-139, Mar. 1998.
- MOGHADAM, V. **The feminisation of poverty: notes on a concept and trend.** Normal: Illinois State University, 1997 (Women's Studies Occasional Paper, n. 2)
- NORTHROP, E. M. The feminization of poverty: the demographic factor and the composition of economic growth. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 1, p. 145-160, Mar. 1990.
- PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, v. 11, p. 28-36, 1978.



PETERSON, J. The feminization of poverty. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n. 1, p. 329-337, Mar. 1987.

\_\_\_\_\_. The feminization of poverty: a reply. **Journal of Economic Issues**, v. 23, n. 1, p. 238-245, Mar. 1989.

PRESSMAN, S. The feminization of poverty: causes and remedies. **Challenge**, v. 31, n. 2, p. 57-61, Mar./Apr. 1988.

\_\_\_\_\_. Comment of Peterson's "The feminization of poverty." **Journal of Economic Issues**, v. 23, n. 1, p. 231-238, Mar. 1989.

\_\_\_\_\_. Explaining the Gender Poverty Gap in Developed and Transitional Economies. **Journal of Economic Issues**, v. 36, n. 1, p. 17-40, 2002.

\_\_\_\_\_. Feminist Explanations for the Feminization of Poverty. **Journal of Economic Issues**, v. 37, n. 2, p. 353-361, Jun. 2003.

QUISUMBING, A. R.; HADDAD, L.; PEÑA, C. **Gender and poverty: new evidence from 10 developing countries**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 1995 (FCND Discussion Paper, n. 9).

QUISUMBING, A. R.; MALUCCIO, J. A. **Intrahousehold allocation and gender relations: new empirical evidence from four developing countries**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, Apr. 2000 (FCND Discussion Paper, n. 84).

RAZAVI, S. **Gendered poverty and social change: an issues paper**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, Sept. 1998 (UNRISD Discussion Paper, n. 94).

UNDP. **Human development report 1995**. New York: Oxford University Press, 1995.

WRIGHT, R. E. A feminisation of poverty in Great Britain? **Review of Income and Wealth**, v. 38, n. 1, p. 17-25, Mar. 1992.



## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Silvânia de Araujo Carvalho

### Supervisão

Iranilde Rego

### Revisão

Luísa Guimarães Lima

Maria Carla Lisboa Borba

Naiane de Brito Francischetto (estagiária)

Raquel do Espírito Santo (estagiária)

### Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

## **COMITÊ EDITORIAL**

### **Secretário-Executivo**

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
9º andar, sala 908

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

## **Brasília**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

## **Rio de Janeiro**

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar – Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 2215-1044 R. 234

Fax: (21) 2215-1043 R. 235

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares